



CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2014**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**



SUMÁRIO

Mensagem da Administração	4
1. Apresentação	6
2. Perfil Empresarial	6
3. Cenário Econômico	7
4. Ambiente Regulatório	7
5. Desempenho do Mercado	8
6. Investimentos	9
7. Desempenho Econômico-Financeiro	12
8. Desempenho Social	13
9. Desempenho Meio Ambiente	16
10. Estrutura de Governança	18
11. Balanço Social	20
12. Auditores Independentes	21
13. Agradecimentos	21
Demonstrações financeiras	22
Balanço Patrimonial	22
Demonstração de Resultado	24
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	25
Demonstração do Resultado Abrangente	26
Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto	27
Demonstração do Valor Adicionado	28
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	29
1. Contexto Operacional	29
2. Base de Preparação	32
3. Resumo das Principais Políticas Contábeis	34
4. Gestão de Risco Financeiro	42
5. Instrumentos Financeiros por Categoria	47
6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros	48
7. Caixa e Equivalentes de Caixa	48
8. Contas a Receber de Clientes	49
9. Ativo Financeiro – Parcela A – CVA	51

10. Ativo Indenizatório (Concessão)	53
11. Tributos a Recuperar ou Compensar	54
12. Partes Relacionadas	54
13. Intangível	55
14. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	56
15. Outros Créditos	58
16. Fornecedores	59
17. Empréstimos e Financiamentos	59
18. Debêntures	61
19. Tributos e Contribuições Sociais	62
20. Taxas Regulamentares	63
21. Provisão para Contingênciase Depósitos Judiciais	63
22. Passivo Atuarial	66
23. Patrimônio Líquido	72
24. Seguros	73
25. Receita Operacional	74
26. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas	76
27. Resultado Financeiro	80
28. Lei Federal no 12.973 de 13 de Maio de 2014	81
29. Evento Subsequente	81
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	83
Manifestação do Conselho de Administração	85
Parecer do Conselho Fiscal	86
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	87

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Celesc gosta de gente e cuida de gente. Somos uma grande família, em que um cuida do outro. Por isso, lá fora, somos reconhecidos por prover energia para os catarinenses, mantendo-nos atentos às suas necessidades.

Prestes a comemorar 60 anos de história, reafirmamos nossa responsabilidade e trabalhamos para assumi-la em todos os níveis como decorrência de nosso compromisso não apenas com o êxito de nosso negócio, mas especialmente com as pessoas e o meio ambiente.

Com satisfação, fechamos o ano de 2014, avançando nos caminhos de transformação traçados nos últimos anos e que permite enfrentar os desafios inerentes ao Setor. Em função disso, novos processos têm sido definidos, construídos e seguidos por meio de uma rotina de trabalho árduo e planejamento estratégico adequado.

Os últimos tempos trouxeram várias mudanças e ainda dificuldades para o setor brasileiro de energia, em especial para o segmento de distribuição. O emprego de fontes térmicas para geração, com custo muito acima da fonte hídrica, normalmente a mais usada no País, impacta simultaneamente no meio ambiente, com mais emissão de carbono na atmosfera, e sobre o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras por conta de despesas superiores àquelas previstas.

A despeito de todos os problemas, continuamos no caminho certo. Isso aparece com evidência em vários fatos relevantes. Um deles é o índice de satisfação de 86% de nossos consumidores, resultado da Celesc na Pesquisa Abradee 2014, organizada pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, que consulta a opinião direta de consumidores em toda área de concessão.

Destaque-se que a Celesc foi a distribuidora pública com os melhores resultados nessa Pesquisa, tendo sido finalista ainda em duas grandes categorias: Melhor Distribuidora Nacional e na Região Sul. Por si só, é um grande resultado corporativo, mas outros prêmios e reconhecimentos vieram agregar relevância ao nosso desempenho.

Após avaliação feita pela *Comisión de Integración Energética Regional – CIER*, organismo que agrega companhias de energia da América Latina e Caribe, fomos agraciados com o terceiro lugar na categoria Melhor Distribuidora de energia. No País, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nos concedeu o Prêmio IASC como a segunda melhor distribuidora brasileira, de acordo com a avaliação do consumidor residencial. O Prêmio visa justamente estimular a melhoria dos serviços prestados.

Em novembro de 2014, a Celesc Distribuição virou referência depois de se tornar vice-campeã geral no V Rodeio Nacional de Eletricistas, realizado em Santos/SP, obtendo também o primeiro lugar em Inovação Tecnológica no Fórum Técnico do evento e tendo vários eletricistas entre os melhores nas tarefas. Foi o melhor resultado de todas as 26 concessionárias participantes, considerando o desempenho geral e por tarefas.

Na área específica de gestão, é fundamental registrar a evolução da Celesc no Prêmio Nacional de Qualidade – PNQ, passando de 297 pontos em 2013 para 549 pontos em 2014. Isso representa melhoria de mais de 84%, o que aproxima a Celesc das empresas com melhor desempenho (800 pontos) no ranking final, com máximo de 1.000 pontos. Realizado anualmente pela Fundação Nacional de Qualidade – FNQ, o Prêmio avalia critérios de gestão e sua súmula fornece uma ferramenta valiosa: o *Diagnóstico de Maturidade da Gestão*, com detalhamento do sistema de gestão da empresa, revelando os eixos fragilizadores e os potencializadores.

Por fim, para coroar o esforço coletivo, a Celesc recebeu oficialmente a certificação pela norma de responsabilidade socioambiental NBR 16001:12, tornando-se a primeira empresa do Setor Elétrico brasileiro a conquistar esse selo. A certificação indica que a empresa cumpre os principais requisitos de um sistema de gestão eficaz de responsabilidade socioambiental, considerando as condições legais e éticas da companhia, a preocupação com a cidadania, o desenvolvimento sustentável, a resolução de conflitos e a transparência nas atividades.

Internamente, mantivemos foco na eficiência operacional, aproveitando melhor nossos recursos e melhorando processos.

Em termos reais, as despesas com pessoal, manutenção, serviços de terceiros e outros (PMSO) foram reduzidas em 9,9% desde 2012. Nos últimos quatro anos, tivemos economia de mais de R\$200 milhões em processos operacionais, o que representa 51% dos recursos investidos (R\$391 milhões) na Celesc Distribuição em 2014, uma conquista difícil de imaginar em tempos idos. Um aspecto relevante, nesse sentido, é a automação, uma busca constante em nossos projetos, pois permite aumento de eficiência e mais qualidade nos serviços.

Mas as melhorias de processos são muitas. Em 2014, por exemplo, conseguimos aprovar antecipadamente uma série de ferramentas fundamentais no contexto interno de gestão: o Orçamento Anual, o Contrato de Gestão que regula o relacionamento entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva no que tange às obrigações das partes e aos objetivos e metas acordados, o Acordo de Desempenho que abrange as metas corporativas relacionadas ao Contrato de Gestão e a revisão do Plano Diretor, que reúne as diretrizes de longo prazo estabelecidas para a Celesc. Esses avanços nos permitem começar o novo ano mais preparados para atingir nossas metas e nossos objetivos.

Apesar das dificuldades pelas quais atravessa o Setor Elétrico Brasileiro, terminamos o ano com excelentes indicadores econômico-financeiros. O EBITDA da Celesc Distribuição alcançou R\$808,2 milhões o Lucro Líquido atingiu R\$383,6 milhões. Esse desempenho reflete, entre outros efeitos, a contabilização de ativos financeiros setoriais (ativos regulatórios) no valor de R\$453 milhões e reversão de provisão jurídica relevante de R\$222 milhões.

Tudo isso demonstra que temos a sustentabilidade como princípio norteador de nossa estratégia e linha de atuação. Em virtude do empenho mútuo de diretoria e empregados, podemos dizer que esses conceitos e essas práticas estão cada vez mais fortes na cultura da Empresa.

Qualquer tomada de decisão ou direcionamento de negócios leva em conta os benefícios para a companhia, seus *stakeholders* e a sociedade, de acordo com nosso compromisso com o Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas para promover diálogo entre empresas, sindicatos, organizações não governamentais e outros parceiros visando ao desenvolvimento de um mercado global mais inclusivo e sustentável.

Ou seja, permanecemos com olhos atentos sobre nós mesmos, mas sem esquecer de cuidar de nosso contexto externo. Com isso, reunimos a força necessária para abrir portas para o futuro, investindo também em novos negócios nas áreas de Geração e Transmissão, ou Telecomunicações e Serviços; afinal, temos o maior parque de fibra ótica instalada e o maior cadastro de consumidores de Santa Catarina. Queremos ultrapassar a função de Distribuidora para nos destacar como *player* de energia no País e no continente latino-americano.

Assim, aprendendo com os próprios erros a amadurecer e a melhorar a cada dia, trilhamos um caminho de sucesso como pessoas, como catarinenses e como ícone corporativo.

Muita energia para todos nós!

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

Pedro Bittencourt Neto
Presidente do Conselho de Administração

1. APRESENTAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Celesc Distribuição S.A. – Celesc D, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, da Manifestação do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, denominado *International Financial Reporting Standards – IFRS*, introduzido no Brasil pela Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, consubstanciado na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, pelos pronunciamentos aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelas normas específicas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

Com presença consolidada entre as melhores do setor elétrico do País, a subsidiária é responsável pelos serviços de distribuição de energia elétrica em 92% do território de Santa Catarina. Seus serviços chegam a 264 dos 295 municípios catarinenses e ao município de Rio Negro, no Paraná, atendendo a 2,7 milhões de unidades consumidoras. A Celesc D atua ainda no suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 11 permissionárias, responsáveis pelo atendimento dos demais 31 municípios catarinenses.

Na última pesquisa Revista Exame Melhores & Maiores 2014, com ranking baseado nos balanços de 2013, a Celesc D alcançou a 99ª posição em Vendas, no Brasil, com um faturamento global de R\$4,9 bilhões, e apareceu como 11ª Estatal em Receita Bruta.

No ranking das 50 Maiores em Serviços, a concessionária passou da 31ª posição em 2013 para a 28ª em 2014. No que diz respeito à arrecadação de impostos, o montante de R\$921,7 milhões colocou a empresa na 15ª posição no País. Na Região Sul, a empresa se manteve na 7ª posição, em termos de faturamento bruto.

Em Santa Catarina, os indicadores mostram a empresa na 2ª colocação na riqueza criada por empregado; na 3ª por vendas líquidas; e 8ª no aumento de vendas. No setor classificado como Energia pela Revista Exame, nas 50 Maiores Estatais por Vendas, a Celesc D está na sexta colocação, atrás da Petrobras, da Cemig Distribuição, da Itaipu Binacional, Copel Distribuição e Cemig GT.

Uma pesquisa inédita realizada pelo Instituto Mapa e divulgada em junho de 2014, apontou a Celesc D entre as empresas que lideram os vinte principais segmentos da indústria catarinense. Os resultados foram consolidados com base em entrevistas com executivos, empresários e formadores de opinião ligados à economia. Os entrevistados indicaram as empresas de acordo com critérios como gestão inovadora; conquista de mercados; superação das adversidades do seu segmento; e contribuição para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina.

3. CENÁRIO ECONÔMICO

3.1. Macroeconomia

O setor público consolidado fechou 2014 com déficit primário de R\$32,5 bilhões, resultado que equivale a 0,63% do Produto Interno Bruto – PIB. Se considerarmos os gastos com juros, no conceito nominal, houve déficit de R\$343,9 bilhões ou 6,7% do PIB; tornando-se o pior resultado registrado na série histórica do Banco Central – BC.

Entre os fatores determinantes dessa trajetória destacam-se as elevações da taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no ano, que incidem sobre parcela significativa do endividamento líquido, e o resultado das operações de swap cambial no período.

No contexto internacional, o ano foi marcado pela queda dos preços das *commodities*, em especial o petróleo tipo Brent, que perdeu metade do seu valor em dólares. A desaceleração econômica mundial não atingiu apenas a demanda por energia, mas também minerais metálicos como ferro, ouro e prata, e produtos agrícolas como açúcar, algodão e soja, impactando negativamente nos países emergentes, como o Brasil, que dependem da exportação de itens não manufaturados para equilibrar a Balança de Serviços e Rendas historicamente deficitária.

Com isso, o saldo da Balança Comercial brasileira em 2014 foi negativo em US\$3,9 bilhões, pior resultado desde 1999, enquanto o resultado global do Balanço de Pagamentos terminou positivo em US\$10,8 bilhões, compensado pelos Investimentos Estrangeiros Diretos – IED.

3.2. Economia Catarinense

O ano de 2014 ficou marcado pela desaceleração também da economia catarinense. Segundo a Federação Catarinense das Indústrias – FIESC, não houve expansão da produção industrial no estado como reflexo da queda do consumo e dos investimentos.

No setor externo, a economia catarinense apresentou expansão das exportações, impulsionada, sobretudo, pela recuperação dos Estados Unidos (ainda que incipiente), pela desvalorização cambial e pela recuperação dos preços das carnes.

O Estado foi o maior gerador de postos de trabalho em 2014, segundo a avaliação da FIESC, a manutenção das contratações mostra uma expectativa do industrial catarinense na recuperação da economia, porém se espera que 2015 seja um ano de ajuste econômico e marcado por incertezas quanto à recuperação das principais economias mundiais.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

O setor de distribuição de energia elétrica refletiu, basicamente, o novo perfil da energia comprada pelas distribuidoras, com presença cada vez maior de energia gerada em termelétricas, cujo custo é maior que a gerada em hidrelétricas. Em 31 de julho de 2014, a ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 252/2014, definiu o reajuste médio de 23,21% para as tarifas de energia elétrica dos 2,6 milhões de consumidores atendidos na área de concessão da Celesc D.

O reajuste, que passou a ser praticado a partir de 7 de agosto de 2014, teve um efeito médio de 22,42% para os consumidores conectados em alta tensão (indústrias) e de 22,76% para aqueles conectados em baixa tensão, em especial os consumidores residenciais.

Por questões ambientais, o Governo Federal reduziu a construção de usinas que necessitam de grandes reservatórios, favorecendo a geração térmica, uma nova tendência, que impactou nos preços praticados pelo mercado. Na nova tarifa da Celesc D, o custo da energia respondeu por praticamente 80% do reajuste em relação ao ano anterior. No reajuste tarifário de 2014, o custo previsto para compra de energia teve uma majoração de 22,64%, respondendo por 49,4% no custo final ao consumidor.

5. DESEMPENHO DO MERCADO

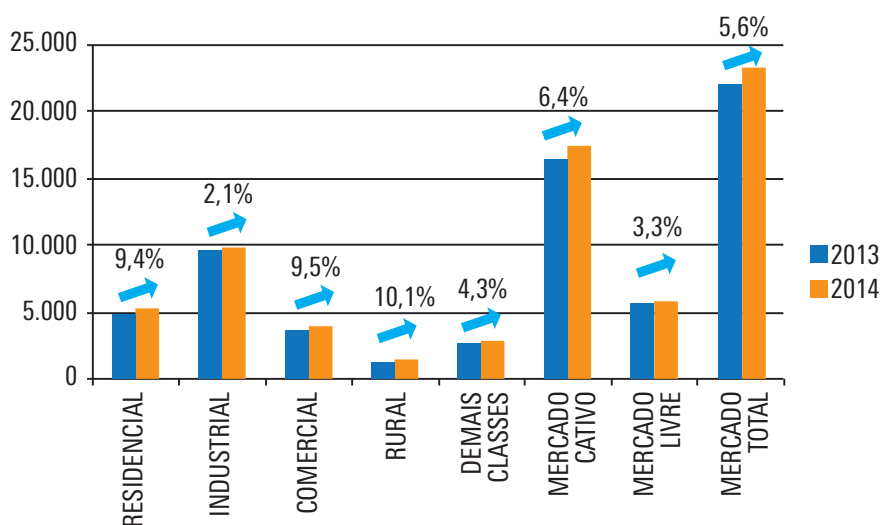
5.1. Mercado de Energia Elétrica em Santa Catarina

O volume de energia elétrica distribuída pela Celesc D somou 23.337 GWh (mercado cativo + livre) em 2014, registrando crescimento de 5,6% em relação a 2013. No período, as classes residencial e comercial, que respondem por 39,7% do consumo total, apresentaram desempenho bastante superior ao do exercício de 2013.

O bom resultado é explicado principalmente pelo clima. O início e o fim de 2014 apresentaram temperaturas bastante elevadas, intensificando o uso de aparelhos de ar condicionado e desse modo aumentando o consumo de energia elétrica nas residências e comércio.

Já a indústria catarinense não passa por um período favorável. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o índice da produção física acumulado no ano foi de -2,2%. Apesar de o fator econômico ser o grande responsável pelo consumo da classe industrial, foi verificado um crescimento de 2,1% na energia distribuída para as indústrias. Tal resultado é observado devido às novas unidades consumidoras instaladas em Santa Catarina. No ambiente do mercado livre, o consumo no ano de 2014 foi de 5.830 GWh, com crescimento de 3,3% no comparativo com 2013. Mais de 50% das indústrias já estão inseridas nesse ambiente, o que faz com que as migrações ocorram cada vez em menor número.

O gráfico a seguir auxilia na ilustração dos dados da energia distribuída na área atendida pela Celesc D:



Fonte: DCL/DPCM

Nota: Demais classes correspondem ao consumo do poder público, iluminação pública, serviço público e revenda. Não considera o consumo próprio

6. INVESTIMENTOS

O volume de investimentos da Celesc D, em 2014, foi de R\$390.518 mil ante aos 336.463 mil em 2013. Este montante foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão.

6.1. Distribuição de Energia Elétrica

6.1.1. Expansão do Sistema

Para atender o crescimento de mercado bem como buscar o cumprimento dos índices de qualidade impostos pela ANEEL, o sistema elétrico de distribuição recebeu investimentos que totalizaram R\$346.924.

O sistema elétrico de alta tensão, composto pelas linhas de transmissão e subestações, interligadas nas tensões de 69 kV¹ e 138kV, teve importantes investimentos que, ao final do ano, contabilizaram R\$73 milhões. Foram energizadas cinco novas subestações, além da ampliação na capacidade de transformação de outras dezenove subestações. Essas obras representaram acréscimo de 364 MVA² à capacidade de atendimento atual do sistema de alta tensão, totalizando atualmente 6.813 MVA.

Subestações Concluídas: SE 138 kV Papanduva Área Industrial, SE 138 kV Curitibaanos, SE 138 kV Joinville Perini, SE 138 kV Mondai, SE 138 kV Xanxerê Iguaçú.

Subestações Ampliadas: SE 69 kV Coqueiros, SE 138 kV Camboriú Morro do Boi, SE 138 kV Blumenau Bairro da Velha, SE 138 kV Videira, SE 34,5 kV Papanduva, SE 138 kV Canoinhas, SE 34,5 kV Jaraguá Nereu Ramos, SE 138 kV Roçado, SE 138 kV Timbó, SE 69 kV Ubatuba, SE 138 kV Brusque Rio Branco, SE 138 kV Rio do Sul II, SE 69 kV Criciúma, SE 138 kV Brusque.

Novas Linhas de Transmissão: LT 138kV Joinville Perini, LT 138 kV Canoinhas – Papanduva, LT 138 kV Pinhalzinho – São Miguel do Oeste II, LT 138 kV Araquari BMW, LT 69 kV Forquilha – Forquilha Rede Básica.

O sistema elétrico de média e baixa tensão, por sua vez, recebeu investimentos de R\$104 milhões, para a construção de novos alimentadores, ampliação e melhoria das redes elétricas existentes, em toda a área de concessão da empresa.

6.1.2. Automação e Novas Tecnologias

Ao longo dos últimos anos, a Celesc D fez importantes investimentos para incorporar novas tecnologias. Um deles, com a implantação do projeto de Automação da Distribuição, possibilita à Companhia controlar a rede de Média Tensão, indo além das subestações, já telecontroladas. Em 2014, a Celesc D fechou o ano com 528 religadores telecomandados e a previsão para os próximos anos é alcançar até três mil religadores instalados na rede, com investimentos totais de R\$100 milhões. Assim, será possível telecontrolar toda rede de Média Tensão por meio dos Centros de Operação da Distribuição – CODs, trazendo mais agilidade na recomposição do sistema elétrico e na identificação de problemas na rede.

Em 2014, a área de Medição realizou a operação das leituras remotas de aproximadamente 10 mil pontos do grupo A, com taxa de sucesso nas leituras acima de 98%. Também foi obtida recuperação de receita, por meio do COM, sendo observada assertividade de 75% nos casos com suspeita de fraudes e/ou irregularidades técnicas nas medições, após análise do sistema e de especialista em perdas não técnicas da área de Medição.

Ainda em 2014, por meio de edital, foram contratados mais quatro mil pontos de telemedição para instalação em clientes do tipo monômio e para atender ainda ao crescimento vegetativo do grupo A da Celesc D no período 2014/2015.

1 kV - Kilovolt

2 MVA - Megavolt Ampère

6.1.3. Eficiência Energética

Em 2014, foram investidos R\$38 milhões para viabilizar ações de eficiência energética. Estimativas apontam que o Programa de Eficiência Energética gerou redução de aproximadamente 161.000 MWh/ano, o que equivale ao consumo mensal de 780 mil residências, beneficiando principalmente comunidades de baixo poder aquisitivo, hospitais filantrópicos e clientes residenciais, por meio dos seguintes projetos:

- » **Projeto Baixa Renda “Sou Legal, Tô Ligado! 2”** – Substituição de lâmpadas, sistema de trocador de calor para consumidores com tarifa social;
- » **Projeto Baixa Renda “Calamidade Pública”** – Nova etapa da substituição de refrigeradores e sistemas de aquecimento solar em municípios atingidos pelas chuvas em 2008 e declarados em área de calamidade pública;
- » **Projeto Comércio e Serviços “Hospitais Filantrópicos II”** (39 hospitais) – Substituição de refrigeradores, sistemas de iluminação, motores elétricos, autoclaves e condicionadores de ar em hospitais;
- » **Projeto Poder Público “Banho de Sol 4”** – Instalação de sistema de aquecimento solar em 116 instituições sem fins lucrativos;
- » **Projeto Residencial “Bônus Eficiente II”** – Substituição de refrigeradores e freezers para consumidores residenciais;
- » **Projeto Baixa Renda “Energia do Bem”** – Substituição de lâmpadas, sistema de aquecimento solar, refrigeradores e trocadores de calor para consumidores com tarifa social;
- » **Projeto Baixa Renda “Energia do Bem 2”** – Substituição de lâmpadas e trocadores de calor para consumidores com tarifa social na região de Tubarão e Criciúma;
- » **Projeto Baixa Renda “Energia do Bem 3”** – Substituição de lâmpadas e trocadores de calor para consumidores com tarifa social na região de Videira e Joaçaba;
- » **Projeto Industrial “Indústria +Eficiente”** – Substituição de 505 motores e dois chillers (sistema de resfriamento de ambiente) em indústrias.

6.1.4. Capacitação Profissional

Em 2014, a Celesc D somou 15.000 participações em treinamentos internos e externos. O número total de horas/aula de treinamento chegou a mais de 110 mil horas, com investimento em capacitação de mais de R\$2,3 milhões. As ações desenvolvidas são de caráter empresarial, sendo elas presenciais ou à distancia, cujos valores são a economicidade, a relação custo-benefício e o retorno em qualidade e produtividade, salvo as exigências legais.

A empresa também investiu em 2014, R\$348 mil em auxílio-estudante e R\$297mil em custeio de pós-graduação aos seus empregados, que consiste em reembolsos entre 75% e 100% dos valores gastos com formação escolar (ensino médio, graduação, pós-graduação), como forma de incentivar a continuidade dos estudos estimulando a profissionalização e o aperfeiçoamento pessoal.

Alguns destaques na área: a formação de 118 eletricitistas de distribuição, aprovados no concurso de 2013. Realização do primeiro módulo do Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG, bem como o lançamento do projeto piloto do Programa Individual de Desenvolvimento – PID. Também foi realizada capacitação de 120 novos atendentes comerciais, curso de projetista de redes de distribuição entre outros treinamentos presenciais.

6.1.5. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

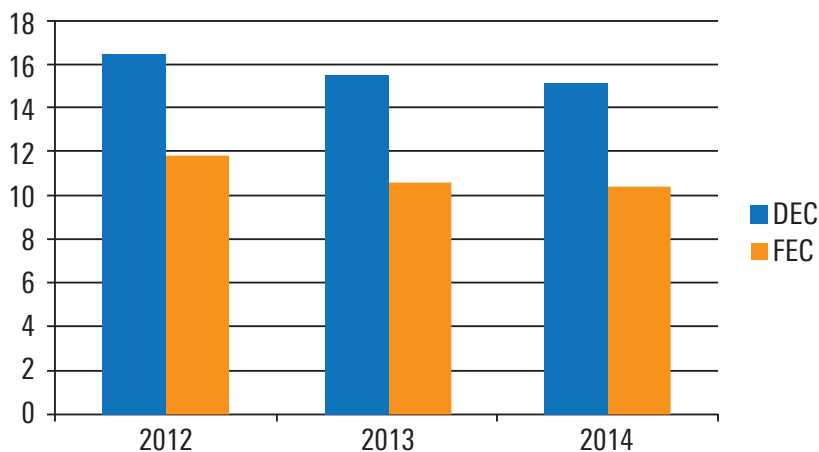
Na busca de inovações para superar os desafios tecnológicos e de mercado na área de energia elétrica, o Programa de P&D da Celesc D tem investido predominantemente no seu principal foco de negócio: a distribuição de energia elétrica. Em 2014, foram investidos mais de R\$20,2 milhões no Programa.

Atualmente, estão em desenvolvimento 34 projetos de pesquisas, que somam investimento de R\$64,2 milhões e outros quatro projetos que estão em fase de contratação, no valor total de R\$16,2 milhões. Além disso, mais quatro projetos foram aprovados na última chamada pública, voltados à otimização de poda e roçada e ao armazenamento de energia elétrica, totalizando R\$34,9 milhões.

Para as novas contratações de projetos, a partir de agora, o foco é a geração de novos negócios para a Celesc, visando tornar viável o processo autossustentável e a busca de novas receitas.

6.1.6. Desempenho dos Indicadores de Qualidade do Fornecimento de Energia

A Celesc D cumpre sempre o padrão de qualidade do serviço estabelecido pela ANEEL para os indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC. Essa condição coloca a Empresa entre as mais eficientes do Setor Elétrico Brasileiro em decorrência de ações que envolvem planejamento robusto, investimentos eficazes e melhorias contínuas. Em relação a 2013, a Celesc D apresentou melhora de 2,2% no DEC e de 1,6% no FEC. O DEC de 2014 indica um sistema elétrico com confiabilidade superior a 99,8%, ou seja, o sistema está disponível, em média, 99,8% das horas de um ano aos seus consumidores. Conforme gráfico abaixo, o histórico do DEC e FEC mostra melhoria contínua desses indicadores. No quadro adiante, os valores respectivos de cada indicador:



Fonte: DDI/DPOP/DVOD

Indicador	2012	2013	2014
DEC	16,51	15,49	15,15
FEC	11,81	10,62	10,45

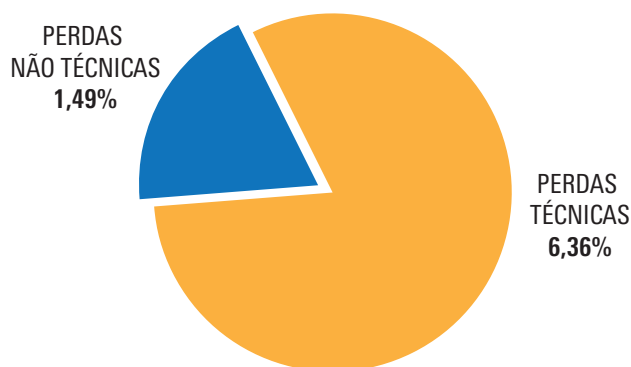
O modelo de planejamento, cujas análises técnicas são focadas no horizonte dos próximos cinco a dez anos, é a base para dimensionar os investimentos fundamentais e assegurar que o sistema elétrico esteja adequado à demanda. Nas análises são avaliadas as estruturas do sistema de Alta e de Média Tensão que necessitam de reforços, substituição de equipamentos ou novas obras. Esses investimentos compõem o Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD, submetido à avaliação e acompanhamento por parte da ANEEL.

O bom desempenho desses indicadores ganha ainda mais significado à medida que a ANEEL, para melhorar continuamente o atendimento à sociedade, periodicamente revê os limites para DEC e FEC. Assim, o desafio imposto às empresas cresce a cada ano para promover a melhoria contínua dos serviços prestados. Para o período 2013/2016, a ANEEL exige melhoria de 20% nesses indicadores.

6.1.7. Perdas Regulatórias

De acordo com a última Revisão Tarifária Periódica da Celesc D, a perda regulatória da distribuição foi definida em 7,4%. Desse total, 6,34% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,06% às perdas não técnicas.

Em 2014, as perdas globais representaram 7,85% da energia injetada no sistema de distribuição da concessionária, 6,36% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7 (2013) e 1,49% correspondem às perdas não técnicas, conforme apresentado no Gráfico a seguir.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Lucro Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresentado pela Celesc D foi de R\$383,6 milhões, que representa um aumento de 157 %, se comparado ao mesmo período de 2013 (lucro líquido de R\$149,3 milhões). Por meio dos indicadores econômicos, as informações do desempenho da Celesc D em 31 de dezembro de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiro (R\$ Mil)	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	8.358.110	6.618.833	26,3%
Receita Operacional Líquida – ROL	6.097.117	4.780.203	27,5%
Resultado das Atividades	642.823	132.049	386,8%
EBITDA	808.210	289.318	179,4%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	13,3%	6,1%	7,2 p.p
Margem Líquida (LL/ROL)	6,3%	3,1%	3,2 p.p
Resultado Financeiro	19.372	83.275	-76,7%
Ativo Total	5.377.151	4.960.358	8,4%
Patrimônio Líquido – PL	1.651.364	1.538.756	7,3%
Lucro Líquido – LL	383.618	149.258	157,0%

A Celesc D encerrou o exercício de 2014 com uma Receita Operacional Bruta – ROB de R\$8.358,1 milhões aumento de 26,3% em relação a 2013 num valor de R\$6.618,8 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL evoluiu 27,5%, fechando o exercício de 2014 em R\$6.097,1 milhões em relação ao mesmo período de 2013 num valor de R\$4.780,2 milhões.

O EBITDA ajustado no exercício de 2014 atingiu o valor de R\$808,2 milhões e a Margem do EBITDA Ajustado passou de 3,1% no mesmo período de 2013 para 6,3% em 2014.

A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Lucro Líquido	383.618	149.258
IR e CSLL corrente e diferido	278.577	66.066
Resultado Financeiro	(19.372)	(83.275)
Depreciação e amortização	165.387	157.269
EBITDA	808.210	289.318

8. DESEMPENHO SOCIAL

A Celesc D procura assumir princípios e compromissos em parceria com diferentes entidades para ampliar a atuação social e desenvolver processos de melhoria contínua na gestão. Dessa forma, torna-se solidária e ativa nos temas relevantes ao desenvolvimento da sustentabilidade.

Em 2014, foi consolidado o Programa Celesc Voluntária, que visa difundir e fortalecer o conceito de cidadania empresarial entre a força de trabalho da Celesc D, despertando a consciência e a participação crescente dos empregados, mostrando que podem ser agentes de transformação, com base nas seguintes diretrizes:

- » Manter, preservar e/ou reter talentos;
- » Oportunizar para a força de trabalho outro olhar sobre aqueles que estão à margem de políticas públicas e em situação de risco social;
- » Estreitar laços com a comunidade;
- » Integrar a força de trabalho;
- » Melhorar a imagem da empresa junto aos seus *stakeholders*.

Na primeira edição o mote foi “Nossa energia para construir cidadania”. A ação foi realizada por profissionais da Administração Central, e das Agências Regionais de Florianópolis, Tubarão, Criciúma, Videira, Itajaí e Mafra, beneficiando 5.234 catarinenses com o envolvimento de 150 empregados em 84 horas de voluntariado. Em 2014, o Programa foi estendido às Agências Regionais São Miguel do Oeste, Joinville, Joaçaba, Blumenau, Concórdia e Lages, somando 14 ações voluntárias ao longo do ano.

Outro destaque do ano foi a doação de R\$ 1 milhão e 150 mil para as entidades filantrópicas contempladas pelo projeto Bônus Eficiente II, desenvolvido por meio do Programa de Eficiência Energética – PEE. Esse projeto viabiliza a

troca de geladeiras e freezers antigos por equipamentos novos e mais econômicos, com até 50% de desconto. Todo o volume arrecadado foi revertido em prol de dez entidades beneficentes de Santa Catarina, localizadas em diferentes regiões do estado: Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC / Florianópolis, Associação Catarinense de Autismo / Fraiburgo, Associação dos Voluntários do Hospital Infantil Joana Gusmão – AVOS / Florianópolis, Bairro da Juventude / Criciúma, Casa de Apoio Colibri / Lages, Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick – CAPP / Chapecó, Federação das APAEs – FEAPAEs / Florianópolis, Lar Abdon Batista / Joinville, Lar da Menina / Tubarão e Associação Orionópolis / São José.

A Celesc D investe ainda em outros projetos na área de responsabilidade social:

8.1. Energia do Futuro

O projeto viabiliza a construção de coletor solar com o uso de produtos recicláveis (caixas *tetrapak* e garrafas *pet*), contribuindo para a redução do consumo de energia elétrica em residências de famílias com baixo poder aquisitivo e gerando trabalho e renda para famílias cooperativadas pelo próprio Projeto para trabalhar na fabricação dos coletores.

8.2. Jovem Aprendiz

Atende à Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que prevê a preparação de jovens para o primeiro emprego, a partir da experiência nas diversas empresas do País. Em 2009, a Empresa promoveu avanços no projeto e em parceria com o Ministério Público Estadual instituiu que os jovens participantes do projeto, na Empresa, passassem a ser indicados exclusivamente por instituições/entidades de acolhimento à criança e ao adolescente. Em 2010, em mais uma iniciativa inclusiva, passou a inserir jovens com deficiência auditiva e física. Em 2013, foram acolhidos 170 Jovens pela Empresa.

8.3. Compromissos Voluntários:

8.3.1. Programa Na Mão Certa:

É uma iniciativa da Childhood Brasil que visa mobilizar governos, empresas e organizações do terceiro setor em torno do enfrentamento mais eficaz da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. A frota de veículos da Celesc D possui adesivos com informações sobre o Disque 100, canal de denúncias exclusivo do Na Mão Certa. Conheça o programa acessando: www.namaocerta.org.br/

8.3.2. Pacto Global:

É uma iniciativa proposta pela Organização das Nações Unidas para encorajar empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade. Esse pacto promove diálogo entre empresas, organizações das Nações Unidas, sindicatos, organizações não governamentais e demais parceiros, para o desenvolvimento de um mercado global mais inclusivo e sustentável.

Para que esse objetivo seja atendido, busca-se a mobilização da comunidade empresarial internacional por meio da adoção de 10 princípios relacionados a direitos humanos, trabalho, meio ambiente e corrupção. Vale ressaltar que o Pacto Global, apesar de ter como propulsor as Nações Unidas, não é uma agência desse sistema e nem mesmo um instrumento regulador ou um código de conduta.

A Celesc, desde 2006 é signatária do pacto e procura realizar ações e projetos; e gozam de consenso universal e se baseiam no que segue:

i) Direitos Humanos

Princípio 1 – As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente;

Princípio 2 – Certificar-se de que não são cúmplices em abusos dos direitos humanos.

ii) Trabalho

Princípio 3 – As empresas devem defender a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;

Princípio 4 – A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; Princípio 5 – A erradicação efetiva do trabalho infantil; e

Princípio 6 – A eliminação da discriminação no emprego e ocupação.

iii) Meio Ambiente

Princípio 7 – As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva sobre os desafios ambientais;

Princípio 8 – Desenvolver iniciativas a fim de promover maior responsabilidade ambiental;

Princípio 9 – Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis;

iv) Combate a Corrupção

Princípio 10 – As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propinas.

8.3.3. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM:

A Celesc assumiu o compromisso com programa da Organização das Nações Unidas – ONU que visa consolidar conceitos básicos de cidadania assim como melhorar a qualidade de vida de todos no planeta. Em 2012, a Companhia realizou o II Simpósio Estadual Objetivos do Milênio, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e com o movimento nacional Nós Podemos.

8.3.4. Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção – Empresa Limpa:

Pacto criado para unir empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção no país. Como signatária, a Celesc D assume o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus funcionários e partes interessadas, a fim de que ela seja cumprida integralmente. Além disso, elas se comprometem a vedar qualquer forma de suborno, trabalhar pela legalidade e transparência nas contribuições a campanhas políticas e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário. <http://empresalimpa.org.br>

8.3.5. O que você tem a ver com a Corrupção?:

Em 2013, Celesc D oficializou seu apoio à Campanha nacional, por meio da assinatura de Termo de Cooperação e Adesão com o Ministério Público de Santa Catarina – MPSC e com a Coordenação Estadual da campanha. O apoio da Empresa na disseminação da campanha se dará por meio de ações de estímulo aos seus públicos de interesse, divulgando materiais de conscientização a respeito do tema, veiculação de mensagens referentes ao projeto nas faturas de energia e nas Agências de Atendimento, além de debates com todos os empregados.

8.3.6. Cadastro das Empresas Pró-Ética:

A Celesc D faz parte do Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade, iniciativa da Controladoria Geral da União e do Instituto Ethos, que avalia e divulga as empresas voluntariamente engajadas na construção de um ambiente de integridade e confiança nas relações comerciais, incluindo aquelas que envolvem o setor público. Mais informações: www.cgu.gov.br/empresaproetica.

8.3.7. Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo:

Lançado em 2005, reúne empresas brasileiras e multinacionais que assumiram o compromisso de não negociar com quem explora o trabalho escravo. A gestão do Pacto é realizada pelo Comitê de Coordenação e Monitoramento, composto pelo Instituto Ethos, o Instituto Observatório Social – IOS, a Organização Internacional do Trabalho – OIT e a ONG Repórter Brasil. Além de restringir economicamente os empregadores que cometem este crime, o Pacto prevê a promoção do trabalho decente, a integração social dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade e o combate ao aliciamento. O Pacto, reúne atualmente 250 empresas, que juntas correspondem à 30% do PIB Nacional. Como signatária, a Celesc D se compromete a incrementar esforços visando dignificar e modernizar as relações de trabalho em sua cadeia produtiva. Mais informações: www.pactonacional.com.br.

8.3.8. Programa SOS Desaparecidos:

A Celesc D se associou em 2014 ao programa de busca e divulgação de desaparecidos no estado, da Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC. Atendendo ao compromisso estabelecido com o órgão estadual, a Celesc D iniciou, em 15 de julho de 2014, a adesivagem da frota, composta por cerca de mil veículos, para dar mais visibilidade ao programa. O apoio se dá também por meio de mensagem na fatura de energia e disseminação de fotos dos desaparecidos em seu site e nas lojas de atendimento, além de debates e ações de conscientização sobre o tema junto aos seus públicos de interesse. Em menos de dois anos de atuação, o SOS desaparecidos localizou mais de cem pessoas e recebeu mais de duas mil solicitações de ajuda do Brasil e também do exterior. Desde a sua criação, em outubro de 2012, se tornou uma referência no País, e outros estados têm buscado conhecer melhor o programa.

9. DESEMPENHO MEIO AMBIENTE

A integração do conceito de desenvolvimento sustentável à estratégia corporativa, a busca do melhoramento contínuo do desempenho ambiental de obras e serviços, e a oferta à sociedade de serviços que contemplem de forma permanente às variáveis socioambientais são alguns dos Princípios de Política Responsabilidade Socioambiental da Celesc D incorporados no momento do planejamento e execução em planos e programas socioambientais, visando minimizar e/ou mitigar os impactos de seus empreendimentos e atividades.

Na Celesc D, a concepção de novos projetos tem se pautado pela melhoria contínua do desempenho socioambiental. Por isso, além do diagnóstico ambiental, o estudo contempla a identificação dos impactos sociais e econômicos que poderão ser gerados pela implantação do empreendimento. Após a identificação, são estudadas medidas para tratamento dos impactos ambientais e sociais, mediante a realização de ações para eliminar, minimizar e compensar impactos negativos, consolidadas na forma de programas ambientais, que visam também assegurar a qualidade ambiental da área de influência, o monitoramento ambiental e a mitigação dos impactos negativos no entorno dos empreendimentos. O número de programas ambientais e suas extensões variam conforme as características de cada empreendimento como porte, abrangência e especificações técnicas. O controle dos programas ambientais é realizado pela equipe de supervisão ambiental, que verifica a conformidade do empreendimento frente às condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais concedidas.

As ações da Celesc D não implicam em desapropriação de áreas de servidão instituídas por ocasião da implantação de linhas de transmissão, áreas essas que são indenizadas por restrição de uso. Entretanto, a Empresa investe na preservação e recuperação de patrimônio artístico e cultural, quando necessário, em função do porte do empreendimento ou de indícios da existência de vestígios arqueológicos, por meio de estudos arqueológicos para a implantação de novos empreendimentos de linhas e subestações e, quando for o caso, de Salvamento de Patrimônio artístico e cultural local. Para que seja realizado

o fornecimento de energia elétrica em uma nova unidade consumidora, é necessário também que o interessado apresente todas as anuências dos órgãos competentes, nas esferas municipal, estadual e federal, quando aplicável, comprovando a regularidade quanto à ocupação do imóvel. Em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei Federal nº 12305, de 2 de agosto de 2010, foi elaborada em 2014 uma instrução normativa que define as diretrizes e os procedimentos para o gerenciamento dos sólidos gerados nas atividades administrativas e operacionais da Concessionária. A normativa orienta sobre o planejamento do gerenciamento dos resíduos desde o descarte de material ou equipamento, passando por sua segregação, coleta, acondicionamento, armazenagem e transporte até sua destinação final.

O correto gerenciamento dos resíduos propicia a redução deles na fonte, a correta segregação na origem, reduzindo custos e riscos associados à sua gestão, além de estabelecer procedimentos adequados ao manejo dos resíduos sólidos provenientes das atividades e serviços exercidos, de acordo com as legislações e normas técnicas vigentes. A implantação dos procedimentos para o gerenciamento dos resíduos sólidos, instituídos pela instrução normativa, deverá acontecer no decorrer de 2015, em consonância com o plano de expansão do Sistema de Gestão de Responsabilidade Socioambiental para as Agências Regionais. A unidade da Administração Central da Celesc D obteve recentemente a Certificação da NBR 16.001:12.

9.1. Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE

Outro destaque na área de Meio Ambiente é a elaboração do Inventário de Gases de Efeito Estufa, considerando a estrutura e forma de gestão da companhia. Segundo as Especificações do Programa Brasileiro GHG Protocol, podem ser utilizadas duas abordagens para consolidação dos limites organizacionais: controle operacional e participação societária. Nos inventários relativos a 2012 e 2013 da Celesc optou-se pela abordagem por controle operacional para a consolidação das emissões de GEE (FGV & WRI).

O Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa da Celesc compreende as emissões da Celesc Holding e suas duas subsidiárias integrais – Celesc Distribuição S. A. e Celesc Geração S.A. – por serem as empresas em que a companhia possui o controle operacional e, conseqüentemente, a gestão sobre as fontes de emissões. Os inventários estão disponíveis no Registro Público de Emissões no portal: www.registropublicodeemissoes.com.br.

9.2. Programa de Proteção de Aves na Rede

O Programa de Proteção de Aves na Rede da Celesc D surgiu em 2002 em virtude da crescente participação de aves, principalmente *Furnarius rufus* (Furnariidae), em acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, causando interrupções no fornecimento de energia e, em muitos casos, a morte de aves.

As principais atividades do Programa são a retirada de ninhos inativos que apresentam risco potencial de acidentes com a rede elétrica de distribuição e, em seguida, a instalação de afastadores (inibidores) da formação de ninhos próximos aos isoladores da rede.

Em 2014 foi autorizado pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA por meio da Autorização Ambiental – AuA nº 30/2014 a remoção de ninhos e a instalação de afastadores. Os trabalhos de campo foram realizados no período de 07 de julho a 31 de agosto de 2014, seguindo todas as orientações do programa sendo removidos 9.576 ninhos e instalados 6.163 peças de afastadores de ninhos.

9.3. Riscos Ambientais

Na etapa de planejamento do sistema elétrico e no desenvolvimento de atividades administrativas são utilizados insumos nos quais são relacionados como potenciais riscos e impactos ao meio ambiente a poluição do solo, poluição

do ar, depleção de recursos naturais.

Para a etapa de instalação de subestações, linhas de transmissão e rede de transmissões há potenciais impactos socioambientais, tais como: afugentamento da fauna, danos à biodiversidade, poluição do ar, poluição do solo, compactação do solo, perdas para a sociedade em função possíveis conflitos com proprietários de áreas vizinhas às subestações e implantação de faixas de servidão para as linhas de transmissão.

Para a operação e manutenção de subestações, linhas de transmissão e redes de transmissão, correlacionam-se como alguns impactos socioambientais a poluição visual; supressão da vegetação e danos à biodiversidade pela manutenção de faixas de servidão, perdas econômicas à vizinhos de subestações e à proprietários de áreas atingidas pelas faixa de servidão; riscos à saúde, à segurança da comunidade e riscos de interrupção de energia elétrica em decorrência de vandalismo, condições climáticas adversas e crescimento da vegetação; geração de resíduos sólidos perigosos e outros resíduos classificados como não inertes e inertes.

10. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

10.1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. Formado por treze integrantes, sendo três independentes e um eleito pelos empregados, que tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados.

Em outubro de 2014, o então conselheiro Marcelo Gasparino da Silva, representante independente do Acionista Majoritário, renunciou ao cargo, ficando sua vaga em aberto até janeiro de 2015. A composição do Conselho em 31 de dezembro de 2014 está no quadro adiante.

Pedro Bittencourt Neto (Presidente)	Representante do Majoritário – Independente
Antônio Marcos Gavazzoni	Representante do Majoritário
Cleverson Siewert	Representante do Majoritário
Derly Massaud de Anunciação	Representante do Majoritário
Milton de Queiroz Garcia	Representante do Majoritário
Andriei José Beber	Representante do Majoritário – Independente
Representação em aberto	Representante do Majoritário – Independente
Carlos Roberto Innig	Representante dos Minoritários
Jorge Luiz Pacheco	Representante dos Minoritários
Rafael Zanon Guerra de Araújo	Representante dos Minoritários
Roosevelt Rui dos Santos	Representante dos Minoritários
Wilfredo João Vicente Gomes	Representante dos Preferencialistas
Jair Maurino Fonseca	Representante dos Empregados

Fonte: SEGC

10.2. Conselho Fiscal

Tem como sua principal função analisar as Demonstrações Financeiras, bem como discutir tais resultados com os Auditores Independentes. Em 2014, em substituição ao conselheiro Carlos Antonio Vergara Cammas assumiu o seu suplente, Aloísio Macário Ferreira de Souza.

Paulo da Paixão Borges de Andrade (Presidente)	Representante do Acionista Majoritário
Antonio Ceron	Representante do Acionista Majoritário
Luiz Hilton Temp	Representante do Acionista Majoritário
Aloísio Macário Ferreira de Souza	Representante dos Preferencialistas
Telma Suzana Mezia	Representante dos Minoritários Ordinaristas

Fonte: SEGC

10.3. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é formada por sete diretores, indicados e aprovados pelo Conselho de Administração. A revisão do Estatuto Social permitiu estruturar a Celesc D, que passou a concentrar a presidência das subsidiárias integrais e as atividades funcionais, como processos administrativos e financeiros. Em 31 de dezembro de 2014, a Diretoria Executiva estava composta conforme segue:

Cleverson Siewert	Diretor Presidente
André Luiz Bazzo	Diretor de Gestão Corporativa
Antônio José Linhares	Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos
Rubens José Della Volpe	Diretor de Planejamento e Controle Interno
James Alberto Giacomazzi	Diretor de Distribuição
Eduardo Cesconeto de Souza	Diretor Comercial
José Carlos Oneda	Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fonte: SEGC

11. BALANÇO SOCIAL

	2014			2013		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
1 - BASE DE CÁLCULO						
» Receita Líquida (RL)	6.097.117			4.780.203		
» Resultado Operacional (RO)	662.195			215.324		
» Folha de Pagamento Bruta (FPB)	531.624			528.754		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
» Alimentação	27.628	5,20	0,45	22.400	4,24	0,47
» Encargos Sociais Compulsórios	95.220	17,91	1,56	90.387	17,09	1,89
» Previdência Privada	24.279	4,57	0,40	22.737	4,30	0,48
» Saúde	38.504	7,24	0,63	32.198	6,09	0,67
» Segurança e saúde no trabalho	2.578	0,48	0,04	2.648	0,50	0,06
» Educação	494	0,09	0,01	473	0,09	0,01
» Cultura	-	-	-	-	-	-
» Capacitação e Desenv. Profissional	1.091	0,21	0,02	1.023	0,19	0,02
» Creches ou Auxílio-creche	1.232	0,23	0,02	1.129	0,21	0,02
» Participação nos Lucros ou Resultados	14.640	2,75	0,24	12.009	2,27	0,25
» Outros	39.135	7,36	0,64	66.265	12,53	1,39
Total - Indicadores Sociais Internos	244.801	46,05	4,02	251.269	47,52	5,26
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
» Educação	2.618	0,40	0,04	1.882	0,87	0,04
» Cultura	13.000	1,96	0,21	22.485	10,44	0,47
» Saúde e Saneamento	67	0,01	0,00	112	0,05	0,00
» Esporte	15.000	2,27	0,25	31.826	14,78	0,67
» Combate à Fome e Segurança Alimentar	190.500	28,77	3,12	236.649	109,90	4,95
» Outros	1.223	0,18	0,02	1.070	0,50	0,02
Total das Contribuições p/ a Sociedade	222.408	33,59	3,65	294.024	136,55	6,15
» Tributos (excluídos os encargos sociais)	2.400.002	362,43	39,36	1.796.570	834,36	37,58
Total - Indicadores Sociais Externos	2.622.410	396,02	43,01	2.090.594	970,91	43,73
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
» Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	2.549	0,38	0,04	6.997	3,25	0,15
» Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	213.083	32,18	3,49	209.141	97,13	4,38
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	215.632	32,56	3,54	216.138	100,38	4,52
» Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 % () cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %			
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2014			2013		
» N° de empregados(as) ao final do período	3.287			3.030		
» N° de admissões durante o período	352			201		
» N° de empregados(as) terceirizados	2.093			2.861		
» N° de estagiários(as)	255			276		
» N° de empregados(as) acima de 45 anos	1.761			1.574		
» N° de mulheres que trabalham na empresa	587			473		
» % de cargos de chefia ocupados por mulheres	23,07			24,50		
» N° de negros(as) que trabalham na empresa	49			97		
» % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,02			1,50		
» N° de pessoas com deficiência ou neces. especiais	15			32		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2014			Metas 2015		
» Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	27,1			16,91		
» Número total de acidentes de trabalho	79			0		
» Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[] direção [x] direção e gerências [] todos os empregados			[] direção [x] direção e gerências [] todos os empregados		
» Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[x] direção e gerências [] todos os empregados [] todos+Cipa			[x] direção e gerências [] todos os empregados [] todos+Cipa		
» Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	[] não se envolve [] segue as normas da OIT [x] incentiva e segue a OIT			[] não se envolve [] segue as normas da OIT [x] incentivar e seguirá a OIT		
» A previdência privada contempla:	[] direção [] direção e gerências [x] todos os empregados			[] direção [] direção e gerências [x] todos os empregados		
» A participação nos lucros ou resultados contempla:	[] direção [] direção e gerências [x] todos os empregados			[] direção [] direção e gerências [x] todos os empregados		
» Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[] não são considerados [x] são sugeridos [] são exigidos			[] não são considerados [x] são sugeridos [] são exigidos		
» Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[] não se envolve [] apoia [x] organiza e incentiva			[] não se envolve [] apoiará [x] organizará e incentivará		
» Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa: 911.801 no Procon: 151 na Justiça: 2.146			na Empresa: 40 no Procon: 0 na Justiça: 1.200		
» % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa: 99,99% no Procon: 0,01% na Justiça: ND			na Empresa: 100% no Procon: ND na Justiça: ND		
» Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: 3.775.097			Em 2013: 2.816.362		
» Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	72,74% governo	12,10% colaboradores		74,53% governo	16,26% colaboradores	
	2,90% acionistas	5,01% terceiros	7,25% retido	1,47% acionistas	3,91% terceiros	3,83% retido

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 08.336.783/0001-90 UF: SC

Sector Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica

Coordenação: Viviani Bleyer Remor - Fone: (48) 3231-5520 | vivianibr@celesc.com.br

Contador: José Braulino Stähelin - Fone: (48) 3231-6030 | jbraulinos@celesc.com.br | CRC/SC - 018.996/0-8

"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO. NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"

"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc D informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

13. AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc D.

Florianópolis, 27 de março de 2015.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

valores expressos em milhares de reais

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Circulante		5.007.858	1.572.563
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	287.715	583.995
Contas a Receber de Clientes	8	1.005.378	776.223
Estoques		8.638	11.948
Tributos a Recuperar	11	49.473	91.680
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013		240.635	31.801
Ativo Indenizável – Concessão	10	2.890.451	-
Ativo Financeiro - Parcela A	9	450.566	-
Outros Créditos	15	75.002	76.916
Não Circulante		369.293	3.387.795
Ativo Indenizável – Concessão	10	-	2.682.713
Contas a Receber de Clientes	8	6.398	7.170
Tributos Diferidos	14	130.068	316.517
Tributos a Recuperar	11	18.595	10.335
Depósitos Judiciais	21	127.956	134.908
Outros Créditos	15	2.003	2.960
Intangível	13	84.273	233.192
Total do Ativo		5.377.151	4.960.358

Passivo	Nota	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Circulante		1.689.738	1.450.872
Fornecedores	16	687.537	555.279
Empréstimos e Financiamentos	17	322.586	199.686
Debêntures	18	4.120	4.631
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais		119.727	108.575
Tributos e Contribuições Sociais	19	131.987	142.617
Dividendos Declarados e Juros sobre Capital Próprio		91.109	35.449
Taxas Regulamentares	20	110.852	172.565
Previdência Privada		15.106	14.263
Passivo Atuarial	22	170.828	172.275
Outros Passivos		35.886	45.532
Não Circulante		2.036.049	1.970.730
Empréstimos e Financiamentos	17	233.879	178.953
Debêntures	18	298.768	298.402
Taxas Regulamentares	20	182.537	108.716
Passivo Atuarial	22	1.032.291	887.214
Provisão para Contingências	21	286.099	494.970
Outros Passivos		2.475	2.475
Patrimônio Líquido	23	1.651.364	1.538.756
Capital Social Realizado		1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro		691.234	399.788
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(93.460)	85.378
Total do Passivo		5.377.151	4.960.358

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Nota	2014	2013
Receita Operacional Líquida	25	6.097.117	4.780.203
Receita de Serviço de Energia Elétrica		5.297.297	4.476.747
Receita Parcela A – CVA		452.896	-
Receita de Construção		346.924	303.456
Custos Operacionais	26	(5.190.793)	(4.020.841)
Custo de Serviço de Energia Elétrica		(4.843.869)	(3.717.385)
Custo de Construção		(346.924)	(303.456)
Lucro Operacional Bruto		906.324	759.362
Despesas Operacionais		(263.501)	(627.313)
Despesas com Vendas	26	(153.531)	(213.625)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(283.271)	(303.977)
Outras Despesas Operacionais	26	173.301	(109.711)
Resultado do Serviço		642.823	132.049
Resultado Financeiro	27	19.372	83.275
Receitas Financeiras		208.346	193.466
Despesas Financeiras		(188.974)	(110.191)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL		662.195	215.324
IRPJ e CSLL	14		
Corrente		-	(21.142)
Diferido		(278.577)	(44.924)
Lucro Líquido do Exercício		383.618	149.258

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Disposição AGO	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.053.590		56.588	235.418	-	-	1.219.509
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	149.258	149.258
Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos de Tributos	-	211.466	-	-	-	-	211.466
Destinação do Lucro Líquido		-					
Constituição da Reserva Legal	-	-	7.463	-	-	(7.463)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(40.179)	(40.179)
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.297)	(1.297)
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	1.063	(1.063)	-
Retenção de Lucros	-	-	-	99.256	-	(99.256)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.053.590	85.378	64.051	334.674	1.063	-	1.538.756
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	383.618	383.618
Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos de Tributos	-	(178.838)	-	-	-	-	(178.838)
Destinação do Lucro Líquido		-					
Constituição da Reserva Legal	-	-	19.181	-	-	(19.181)	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	(1.063)	-	(1.063)
Dividendos	-	-	-	-	-	(91.109)	(91.109)
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	18.222	(18.222)	-
Retenção de Lucros	-	-	-	255.106	-	(255.106)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.053.590	(93.460)	83.232	589.780	18.222	-	1.651.364

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2014	2013
Lucro Líquido do Exercício	383.618	149.258
Remensuração de Obrigação de Plano de Benefícios Definido, Líquidos de Tributos	(178.838)	211.466
Resultado Abrangente Total	204.780	360.724

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Lucro Líquido do Exercício	383.618	149.258
Itens que não afetam o caixa:	491.897	457.600
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	-	21.142
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	278.577	44.924
Amortização	165.387	157.268
Atualização Ativo Financeiro – VNR	(38.537)	(64.062)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.292	16.519
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	(208.871)	76.858
Juros e Variações Monetárias - líquidas	104.219	68.910
Custo Debêntures	366	1.963
Provisão para Plano de Benefício Pós-Emprego	74.861	95.883
Baixas de ativos	110.603	38.195
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	(1.039.435)	200.120
Contas a receber	(233.675)	284.566
Estoques	3.310	2.800
Impostos a recuperar	33.947	821
Depósitos Judiciais	6.952	(4.174)
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	(208.834)	(31.801)
Ativos Financeiros	(644.006)	-
Outros Créditos	2.871	(52.092)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	107.035	(323.817)
Fornecedores	132.258	(142.397)
Salários e Encargos Sociais	11.152	(6.202)
Impostos e contribuições sociais	(8.895)	78.158
Taxas Regulamentares	(9.920)	(48.062)
Entidade Previdência Privada	843	(275)
Passivo atuarial	(202.197)	(203.381)
Passivos Financeiros	193.440	-
Outros Passivos	(9.646)	(1.658)
Pagamentos Efetuados	(84.387)	(88.693)
Juros Pagos e Custos na Emissão de Debêntures	(82.652)	(48.343)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.735)	(40.350)
Total das Atividades Operacionais	(141.272)	394.468
Atividades de Investimentos	(296.272)	(276.336)
Aquisição de bens da concessão	(296.272)	(292.679)
Resgate Fundo de Investimento – FIDC	-	16.343
Atividades de Financiamento	141.264	338.506
Ingressos de Recursos	479.532	633.466
Amortizações de Empréstimos e Financiamentos	(301.756)	(294.960)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(36.512)	-
Total dos Efeitos de Caixa	(296.280)	456.638
Caixa e Equivalentes no início do Exercício	583.995	127.357
Caixa e Equivalentes no final do Exercício	287.715	583.995
Variação no Caixa	(296.280)	456.638

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2014	2013
Receitas	8.338.924	6.603.647
Vendas Brutas de Energia e Serviços	8.011.186	6.315.377
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Líquidas	(5.291)	(16.519)
Receitas de Construção	346.924	303.456
Outras Receitas	(13.895)	1.333
Insumos Adquiridos de Terceiros	(4.606.787)	(3.823.484)
Custo da Energia Vendida, Uso da Rede e Serviços de Terceiros	(4.752.758)	(3.605.118)
Materiais e Outros Insumos Adquiridos	(62.900)	(141.508)
Provisões e Reversões	208.871	(76.858)
Valor Adicionado Bruto	3.732.137	2.780.163
Depreciação/Amortização	(165.387)	(157.268)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	3.566.750	2.622.895
Valor Adicionado Recebido em Transferência	208.347	193.467
Receitas Financeiras	208.347	193.467
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.775.097	2.816.362
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal e Encargos	456.618	457.874
Salários	233.715	232.559
Férias e 13º Salário	52.807	49.641
Encargos Sociais	20.214	19.508
Participação nos Lucros ou Resultados	14.641	12.009
Passivo Atuarial	74.861	95.883
Benefícios Assistenciais	31.785	26.216
Indenizações Trabalhistas	21.995	12.610
Outros	6.600	9.448
Impostos, Taxas e Contribuições	2.745.886	2.099.039
Federais	1.052.733	713.653
Estaduais	1.411.439	1.145.832
Municipais	1.246	698
Encargos Setoriais	280.468	238.856
Financiadores	188.975	110.191
Juros e Variações Monetárias	100.816	71.544
Outros	88.159	38.647
Acionistas	383.618	149.258
Juros s/ Capital Próprio – JCP	-	40.179
Dividendos Propostos	109.331	2.360
Lucro Retido do Exercício	274.287	106.719
Valor Adicionado Distribuído	3.775.097	2.816.362

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

valores expressos em milhares de reais

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celesc Distribuição S.A. – Celesc D, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de subsidiária integral, controlada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc. A Celesc D tem por objetivo: I – executar a política de energia formulada pelo Governo do Estado de Santa Catarina; II – realizar estudos, pesquisas e levantamentos sócio-econômicos com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; III – planejar, projetar, construir e explorar sistemas de transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como serviços correlatos; IV – operar os sistemas diretamente, por meio de empresas associadas ou em cooperação; V – cobrar tarifas ou taxas correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, e; VI – desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de distribuição e comercialização de energia elétrica, e infra-estrutura de serviços públicos.

A Celesc D é uma entidade domiciliada no Brasil com endereço na Avenida Itamaraty, 160, Bloco A1, B1 e B2, Bairro Itacorubi, CEP 88034-900, Florianópolis, SC.

1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O processo de desverticalização da atividade de distribuição cumpre as disposições da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, foi autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, e recebeu anuência da ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 03 de outubro de 2006.

1.1.1. Da Concessão

Em 22 de julho de 1999, a Celesc assinou o Contrato nº 56 de concessão de Distribuição de Energia Elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.

A referida concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados

pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo intangível e ativo indenizável. O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos.

A Celesc D detém a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica até 07 de julho de 2015, e enquadra-se nos termos da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei Federal nº 12.783 em janeiro de 2013. Em 18 de setembro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do respectivo contrato de concessão, nas mesmas condições atuais, resguardando seu direito de rever este pedido caso haja alteração nas condições contratuais vigentes. Em 15 de outubro de 2012 a Companhia ratificou o pedido de prorrogação.

Em 17 de janeiro de 2014 a ANEEL enviou para a Companhia o Ofício Circular 01/2014 – DR/ANEEL informando que está analisando o requerimento de prorrogação da concessão, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Até a data da aprovação destas Demonstrações Financeiras os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração.

A expectativa da Administração da Companhia é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes as atuais e pelo prazo de 30 anos. Adicionalmente a Administração entende que, caso não haja tempo hábil até o final do prazo do contrato de concessão para que o Poder Concedente realize uma ampla discussão e aprove o pedido de prorrogação da concessão, poderá haver prorrogação provisória do contrato de concessão até que as regras definitivas sejam estipuladas.

a) Decretos nº 7.945 de 07 de Março de 2013 e nº 8.221 de 01 de Abril de 2014 – Aporte Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Decreto nº 7.945/13 instituiu o repasse de recursos da CDE, às concessionárias de distribuição, dos custos relacionados abaixo:

- i. A exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Relocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- ii. A exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- iii. O custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE; e
- iv. O valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Compensação de Valores de Custos da Parcela A – CVA, relativo ao Encargo de Serviço do Sistema e à energia comprada para revenda.

Para os itens (i), (ii) e (iii), a Celesc D registrou, de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, o montante de R\$66.308, registrado como redutora do Custo com Energia Elétrica na Rubrica Energia de Curto Prazo.

Para o item (iv), o governo federal emitiu em 1º de abril de 2014, o Decreto nº 8.221 onde dispõe que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE criou e mantém a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Em 22 de abril de 2014 a ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 142 – SRE/ANEEL e Despacho nº 1.256, fixou para a Celesc D o montante de R\$332.629 para cobertura dos Custos de Exposição Involuntária e dos Contratos de

Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada na modalidade por disponibilidade – CCEAR-D termoeletrônicos da competência de fevereiro de 2014. Em 05 de maio de 2014 a ANEEL, por meio do Despacho nº 1.378, fixou o montante de R\$159.980 para cobertura CCEAR-D termoeletrônicos da competência de março de 2014. Em 9 de maio de 2014 a ANEEL publicou o Despacho nº 1.443 que alterou o Despacho nº 1.378/14, fixando o valor para cobertura no montante de R\$196.970.

Em 02 de junho de 2014 a ANEEL divulgou o valor do repasse da CONTA-ACR, para cobertura CCEAR-D termoeletrônicos, referente à competência de abril de 2014, por meio da Nota Técnica nº 182 – SRE/ANEEL, no montante de R\$110.655. O valor foi repassado em 09 de junho de 2014.

Em 18 de agosto de 2014 a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.186, determinou o repasse da Conta ACR, referente ao mês de maio de 2014. O valor repassado à Celesc D foi de R\$137.286.

Em 05 de agosto de 2014 a ANEEL, por meio Despacho nº 3.017, determinou o repasse da Conta ACR, referente ao mês de junho de 2014. O valor repassado à Celesc D foi de R\$31.372. Os valores referentes a Nota Técnica nº 66 e Despacho nº 3.017 foram repassados em 19 de agosto de 2014.

Em 02 de setembro de 2014 a ANEEL emitiu o Despacho nº 3.588, que determinou o valor de R\$43.716 para repasse da Conta ACR, referente ao mês de julho de 2014, sendo repassados à Celesc D em 08 de setembro de 2014.

Por meio do Despacho nº 3.968, da ANEEL, não houve valor a ser repassado à Celesc D referente a Conta ACR, competência de agosto de 2014.

A ANEEL, por meio Despacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014, determinou o valor de R\$74.329 para repasse da Conta ACR, referente ao mês de setembro de 2014, sendo repassados à Celesc D em 05 de novembro de 2014.

Em 28 de novembro de 2014 a ANEEL emitiu o Despacho nº 4.647 (retificado pelo Despacho nº 4.657 de 2 de dezembro de 2014), que determinou o valor de R\$32.665 para repasse da Conta ACR, referente ao mês de outubro de 2014, sendo repassados à Celesc D em 08 de dezembro de 2014.

Estes valores foram contabilizados na Rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida de redução do custo com energia elétrica na Rubrica de Energia Elétrica Comprada para revenda, vide Nota Explicativa 26 a item “i”.

b) Resolução Homologatória nº 1.574 de 30 de Julho de 2013 – Subvenção e Repasse da CDE

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Celesc D, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$31.801, competência de dezembro de 2013 a julho de 2014.

De acordo com o cronograma inicial a Celesc D iria receber os valores homologados pela referida Resolução até o 10º dia útil do mês subsequente. Porém, a Eletrobras não tem cumprido com o cronograma original, tendo repassado em 02 de janeiro de 2015 o valor de R\$63.601 referentes as parcelas de junho e julho de 2014 e em 19 de março de 2015 a parcela de agosto de 2014 no valor de R\$35.407.

A ANEEL por meio da Nota Técnica nº 252, de 31 de julho de 2014, homologou o valor mensal de repasse pela Eletrobras à Celesc D no período de agosto de 2014 a julho de 2015 de R\$35.407, vide Nota Explicativa 25.

Valor Mensal da Subvenção da CDE para Custear Descontos Tarifários	
	Ago/2014 a Jul/2015
Subsídio Carga Fonte Incentivada	7.695
Subsídio Geração Fonte Incentivada	462
Subsídio Distribuição	12.240
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	1.334
Subsídio Rural	13.361
Subsídio Irrigante/Agricultor	315
Total	35.407

Até 31 de dezembro de 2014, nenhum desses valores, relativos a Nota Técnica nº 252, haviam sido repassados pela Eletrobras. Ficando o saldo de R\$177.034 referente aos meses de Agosto a Dezembro de 2014.

Estes valores foram contabilizados na Rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na Rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e dispositivos da legislação brasileira.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Celesc D em 24 de março de 2015, conforme estabelecem os artigos 17 e 18 da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nº 505, de 19 de junho de 2006.

2.2. Base de Mensuração

2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Celesc D, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Celesc D faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis

resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Celesc D utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Celesc D utiliza a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício de acordo com as condições atuais de mercado. Esta é a taxa de juros usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao definir a taxa de desconto apropriada, a Celesc D considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Celesc D reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

A Celesc D atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Celesc D tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança. A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

3.1. Conversão de Moeda Estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Instrumentos Financeiros não Derivativos

3.3.1. Classificação

A Celesc D classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mantidos para negociação ativa e frequente e classificados como ativos circulantes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações de ativos financeiros mensurados ao valor justo são apresentados, na demonstração do resultado na rubrica "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

b) Recebíveis

Fazem parte dessa categoria os recebíveis classificados como ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes.

Os recebíveis da Companhia compreendem o contas a receber de clientes; demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa de juros efetiva.

c) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

São considerados ativos financeiros disponíveis para venda os itens que não são classificados em nenhuma outra categoria. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento

em até 12 meses após a data do balanço. A Celesc D classifica como disponível para venda os recebíveis em virtude de indenização de infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão e distribuição de energia.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido.

3.5.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não-monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidas em ajuste de avaliação patrimonial.

A Celesc D avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável.

Havendo evidência de perda cumulativa para os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, tal valor é retirado do patrimônio líquido e reconhecido na demonstração do resultado.

3.5.3. Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e Passivos Financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades da Celesc D. As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Celesc D não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

3.7. Estoques

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações, contabilizados pelo custo médio das compras no ativo circulante e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.

3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem

relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são reconhecidos utilizando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.9. Depósitos Judiciais

Trata-se de depósitos judiciais vinculados ao contingenciamento de Provisões Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias.

3.10. Intangíveis

Os intangíveis são demonstrados pelo custo combinado conforme abaixo:

Os intangíveis são valorizados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis. Dependendo da natureza do ativo e do tempo de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição ou do seu montante anteriormente escriturado segundo as práticas brasileiras adotadas anteriores a adoção do ICPC 01 – Contratos de Concessão.

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas demonstrações financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

3.10.1. Contrato de Concessão

As infraestruturas de distribuição de energia elétrica utilizadas pela Celesc D, sujeitas a acordos de concessão de serviço, são controladas pela entidade concedente quando:

- a) a entidade concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem devem ser prestados e o seu preço;
- b) a entidade concedente controla, por meio da titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão.

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando a Celesc D tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura, e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômico futuros. Os ativos intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois o menor.

3.10.2. Programas de Computador – *softwares*

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 13.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Celesc D e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

3.11. Ativo Financeiro de Concessão – Indenizável

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa. Estes ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda.

É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Celesc D, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e no preço das *commodities* relacionadas à infraestrutura.

A partir de 2012, com o advento da MP nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783/2013), o ativo financeiro de concessão de distribuição é mensurado pelo VNR (valor novo de reposição), o qual foi homologado pela ANEEL no 3º ciclo de revisão tarifária, finalizado em agosto de 2012.

Salienta-se que a revisão tarifária da Celesc D ocorre a cada quatro anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL por meio do Valor Novo de Reposição – VNR depreciado. Nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o IGP-M como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração.

3.12. Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Os ativos intangíveis e outros ativos não financeiros, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nesse caso, o valor recuperável é calculado para verificar a ocorrência de perda. Havendo perda, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.13. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por fornecimento de energia, encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas no valor da fatura correspondente.

3.14. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.15. Debêntures

A emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, destina-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Celesc D tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.17. Benefícios a Empregados e Ex-empregados (PDVI, PDV, Aposentados)

a) Obrigações de Pensão

A Celesc D tem planos de benefício definido. Os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Para os planos de contribuição definida, a Celesc D paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a empresa não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

b) Outros Benefícios

A Celesc D oferece aos seus empregados que já adquiriram o direito de se aposentar e aos seus pensionistas benefícios de plano de saúde. O direito a esses benefícios é concedido para o empregado que permanece trabalhando até a idade de aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

c) Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pela Celesc D antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios, tais como: Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, Programa de Demissão Voluntária – PDV, Plano Pecúlio (para todos os empregados na ativa e para os aposentados por invalidez), Auxílio Deficiente, Auxílio Funeral e Benefício Mínimo a Aposentadoria, o qual é pago sempre que o vínculo empregatício é encerrado antes da data normal de aposentadoria.

No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 (doze) meses da data do balanço são descontados a valor presente.

d) Participação nos Lucros e Resultados – PLR

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício, o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre a Empresa e seus empregados. A Celesc D reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.18. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

a) Ativo Financeiro – Parcela A – CVA

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada. De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos. A Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em Outras Contas a Receber em contrapartida a Receita de Ativo Regulatório no resultado.

3.19. Distribuição de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

São reconhecidos como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Celesc D. O Estatuto Social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro anual ajustado sejam distribuídos como dividendos; portanto, a Celesc D registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. Valores acima do mínimo obrigatório, somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido diretamente no resultado.

3.20. Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no Patrimônio Líquido.

3.21. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades da Celesc D. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Celesc D reconhece a receita quando:

- a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Celesc D.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Celesc D baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

b) Disponibilidade da Rede Elétrica

São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria Concessionária por meio de suas atividades.

c) Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

d) Energia de Curto Prazo

A Energia de Curto Prazo é um segmento da CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

e) Ativo Regulatório

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

f) Receita de Construção

Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos contratos de concessão da Celesc D, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento de cada concessionária. Em virtude da terceirização dessa atividade com partes não relacionadas, a Celesc D considera a margem de construção irrelevante, e, dessa forma, não a utiliza no reconhecimento da receita de construção.

e) Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Subsequentemente os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.22. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e não tiveram impactos materiais para a Companhia, com exceção ao OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica.

i) CPC 38//AS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - esclarece que as substituições de contrapartes originais pelas contrapartes de compensação que vierem a ser exigidas por introdução ou mudança de leis e regulamentos não provocam expiração ou término do instrumento de hedge. Além disso, os efeitos da substituição da contraparte original devem ser refletidos na mensuração do instrumento de hedge e, portanto, na avaliação e mensuração da efetividade do hedge.

ii) CPC 39//AS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação.

iii) CPC 19/IFRIC 21 – Tributos: Trata da contabilização de obrigação de pagar um imposto se o passivo fizer parte do escopo do /AS 37 – “Provisões”. A interpretação esclarece qual fato gerador da obrigação gera o pagamento de um imposto e quando um passivo deve ser reconhecido.

iv) OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral: Trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

v) OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica: Trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados quando do aditamento dos contratos de concessão e permissão, por representar um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte – Poder Concedente (Nota 9).

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1ª de janeiro de 2014 não são relevantes para a Companhia.

3.23 Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo *IASB* mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes - essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1ª de janeiro de 2017 e substitui a *IAS* 11 – “Contratos de Construção”, *IAS* 18 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do *IFRS* 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1ª de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação nº *IAS* 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O *IFRS* 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O *IFRS* 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. Não há outras normas *IFRS* ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Celesc D.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Celesc D a expõem a diversos riscos financeiros: Risco de Mercado (incluindo risco cambial, de taxas de juros de valor justo, de taxas de juros de fluxo de caixa e de preço), Risco de Crédito e Risco de Liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Celesc D

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco Cambial

A Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Celesc D incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Celesc D não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade da Celesc D incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Celesc D monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais da Celesc D pelo Departamento Econômico Financeiro – DPEF. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas áreas operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Econômico Financeiro/Divisão de Tesouraria – DPEF/DVTS. Esse departamento investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Celesc D, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Descrição	Taxas %	Menos de um Mês	De um Três Meses	De Três Meses a Um Ano	De Um a Cinco Anos	Mais de Cinco Anos	Total
Ativo							
Contas a Receber		989.275	10.790	6.778	4.906	27	1.011.776
Caixa Equivalente de Caixa		287.715	-	-	-	-	287.715
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013		240.635	-	-	-	-	240.635
Ativo Financeiro - Parcela A	12,77% a.a.	37.736	75.850	353.501	-	-	467.087
Total Ativo		1.555.361	86.640	360.279	4.906	27	2.007.213
Passivo							
Fornecedores		500.153	187.384	-	-	-	687.537
Empréstimos Bancários	7,55% a.a.	9.980	-	-	-	-	9.980
Empréstimos Bancários	116% e 121,5% CDI	22.682	43.651	201.517	143.178	-	411.028
Eletrobras	5% a.a.	3.989	7.675	35.551	94.781	6.934	148.930
Finame	2,5% a 8,7% a.a.	508	852	3.876	22.966	10.797	38.999
Debêntures	CDI + 1% a.m.	-	-	4.120	406.345	-	410.465
Total Passivo		537.312	239.562	245.064	667.270	17.731	1.706.939

4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

4.5.2. Risco de Não Renovação da Concessão

Em 18 de setembro de 2012, a Celesc D protocolou o pedido de prorrogação para a concessão do contrato nº 56/1999, conforme permitido pela MP nº 579/2012, convertida na Lei Federal nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Dessa forma considera-se remoto o risco de não prorrogação da concessão de Distribuição de Energia Elétrica.

4.5.3. Análise de Sensibilidade

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar efeitos materiais para a Celesc D, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2014:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI¹ (%)			12,76%	15,95%	19,14%
	Aplicações Financeiras	233.169	29.752	37.190	44.629
	Empréstimos	(375.932)	(47.969)	(59.961)	(71.953)
	Debêntures	(302.888)	(38.649)	(48.311)	(57.973)
SELIC	Ativo Financeiro - Parcela A - CVA	450.566	57.537	71.865	86.238
IGPM² (%)	Ativo Indenizatório (Concessão)	2.676.623	98.232	122.857	147.482

1 - Curva de juros futuros - BM&F DI 1 FUT M15 com vencimento em 01/06/2015 - (fechamento 05/03/2015)

2 - IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado

4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Celesc D ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Celesc D pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Celesc D monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalente de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Total de Empréstimos	556.465	378.639
Debêntures	302.888	303.033
Menos: Caixa e Equivalente de Caixa	(287.715)	(583.995)
Dívida Líquida	571.638	97.677
Total Patrimonio Líquido	1.651.364	1.538.756
Total Capital	2.223.002	1.636.433
Índice de Alavancagem Financeira (%)	25,71%	5,97%

4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Celesc D para instrumentos financeiros similares.

A Celesc D aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- a) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- b) Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços, (Nível 2).
- c) Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos da Celesc D mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2014. A Celesc D não possui passivos mensurados ao valor justo nessa data base.

Descrição	Nível 3
Ativos	2.890.451
Ativo Indenizável (Concessão)	2.890.451

A tabela a seguir apresenta os ativos da Celesc D mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013. A Celesc D não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Nível 3
Ativos	2.682.713
Ativo Indenizável (Concessão)	2.682.713

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2014.

31 de Dezembro de 2014				
Descrição	Empréstimos e Recebíveis	Disponível Para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo	1.299.491	2.892.454	-	4.191.945
Caixa e Equivalente de Caixa	287.715	-	-	287.715
Ativo Indenizável (Concessão)	-	2.890.451	-	2.890.451
Outros	-	2.003	-	2.003
Contas a Receber	1.011.776	-	-	1.011.776
Passivo	-	-	1.546.890	1.546.890
Empréstimos e Financiamentos	-	-	556.465	556.465
Debentures	-	-	302.888	302.888
Fornecedores	-	-	687.537	687.537

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2013.

31 de Dezembro de 2013			
Descrição	Empréstimos e Recebíveis	Disponível Para Venda	Total
Ativo	1.367.388	2.685.673	4.053.061
Caixa e Bancos	45.963	-	45.963
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	538.032	-	538.032
Ativo Indenizável (Concessão)	-	2.682.713	2.682.713
Outros	-	2.960	2.960
Contas a Receber	783.393	-	783.393
Passivo	1.236.951	-	1.236.951
Empréstimos e Financiamentos	378.639	-	378.639
Debentures	303.033	-	303.033
Fornecedores	555.279	-	555.279

6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	2014	2013
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 - Clientes com Arrecadação no Vencimento	490.197	398.636
Grupo 2 - Clientes com média de atraso entre 1 e 30 dias no último ano	374.576	271.236
Grupo 3 - Clientes com média de atraso entre 31 e 90 dias no último ano	86.124	65.705
Grupo 4 - Clientes com média de atraso superior a 90 dias no último ano	551.927	533.571
	1.502.824	1.269.149

Todos os demais ativos financeiros que a Celesc D mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Celesc D considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Recursos em Banco e em Caixa	54.546	45.963
Aplicações de Liquidez Imediata	233.169	538.032
	287.715	583.995

As Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldo a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Consumidores	732.349	160.657	530.728	1.423.734	1.190.762
Residencial	234.685	74.125	49.809	358.619	280.227
Industrial	225.357	47.232	359.697	632.286	561.199
Comercial	170.384	28.622	64.354	263.360	208.154
Rural	39.475	6.851	6.904	53.230	40.703
Poder Público	29.940	3.312	32.859	66.111	58.144
Iluminação Pública	18.172	187	16.039	34.398	30.209
Serviço Público	14.336	328	1.066	15.730	12.126
Suprimento a Outras Concessionárias	48.029	13.967	17.094	79.090	78.387
Concessionárias e Permissionárias	39.790	8.831	4.170	52.791	37.588
Energia Elétrica de Curto Prazo	7.348	-	-	7.348	29.082
Outros Créditos	891	5.136	12.924	18.951	11.717
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com clientes				(491.048)	(485.756)
				1.011.776	783.393
Circulante				1.005.378	776.223
Não Circulante				6.398	7.170

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Consumidores	491.048	485.756
Residencial	49.799	53.791
Industrial	186.048	179.926
Textil (a)	136.128	136.128
Comercial	61.337	58.931
Rural	4.612	5.229
Poder Público	32.528	31.842
Iluminação Pública	15.022	14.397
Serviço Público	991	929
Concessionárias e Permissionárias	1.105	1.109
Outros	3.478	3.474
Circulante	354.920	349.628
Não Circulante	136.128	136.128

b.1) Movimentação

	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2012	469.238
Provisão Constituída no Período	93.277
Baixas de Contas a Receber	(76.759)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	485.756
Provisão Constituída no Período	13.678
Baixas de Contas a Receber	(8.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	491.048

b.2) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., Têxtil RenauxView S.A. e Tecelagem Kuehnrich – TEKA.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Em 2012, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. também entrou em liquidação judicial, todavia apresentou plano de recuperação judicial. Em 15 de julho de 2013, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Comarca de Brusque, Vara Comercial, decretou a falência da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.. Dessa forma, no terceiro trimestre de 2013, a Celesc D registrou a perda no montante de R\$42.992.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

9. ATIVO FINANCEIRO – PARCELA A – CVA

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic.

A partir de 10 de dezembro de 2014, com a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Celesc D, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros e com base no OCPC08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

Descrição	31 de Dezembro de 2013	Adição	Baixa	Atualização	Amortização	31 de Dezembro de 2014
PARCELA A						
Conta de Desenv. Energético - CDE	-	20.092	-	173	(1.086)	19.179
Energia Comprada p/ Revenda	-	645.272	(27.190)	3.145	(37.806)	583.421
Energia Comprada p/ Revenda - LP	-	156.009	(156.009)	-	-	-
Uso da Rede Básica	-	33.928	-	347	(673)	33.602
Transporte de Energia de Itaipu	-	602	-	7	(3)	606
CVA Anos Anteriores	-	1.896	-	18	(226)	1.688
Proinfra	-	6.066	-	55	(612)	5.509
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	-	(178.244)	-	(1.648)	14.666	(165.226)
Encargos de Serviço do Sistema - ESS - LP	-	(20.607)	20.607	-	-	-
Saldo da Parcela A	-	665.014	(162.592)	2.097	(25.740)	478.779
ITENS FINANCEIROS						
Passivos Reg. - Neutralidade Encargos Setoriais	-	(32.245)	-	-	4.032	(28.213)
Total dos Itens Financeiros	-	(32.245)	-	-	4.032	(28.213)
Total	-	632.769	(162.592)	2.097	(21.708)	450.566

Descrição	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2014
CVA 2014 - Período de 08.08.2013 a 07.08.2014	-	192.054
CVA 2015 - Período de 08.08.2014 a 07.08.2015	-	286.725
Total da CVA	-	478.779

10. ATIVO INDENIZATÓRIO (CONCESSÃO)

Descrição	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2013
Recebíveis		
Ativo Indenizável (Concessão)	2.890.451	2.682.713
	2.890.451	2.682.713

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica da Celesc D estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC12), que trata de contratos de concessões.

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

Movimentação	
Saldo 31 de Dezembro de 2012	2.390.674
(+) Novas aplicações	261.093
(-) Resgate	(33.116)
(+) Ajuste VNR	64.062
Saldo 31 de Dezembro 2013	2.682.713
(+) Novas aplicações	277.651
(-) Resgate	(30.464)
(-) Baixa Ultrapassagem de Demanda e Excedentes Reativos	(77.986)
(+) Ajuste VNR (i)	38.537
Saldo 31 de Dezembro de 2014	2.890.451

(i) A Celesc D reconheceu no exercício de 2014, o montante de R\$38.537, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR, atualizado pelo IGP-M e R\$64.062 no exercício de 2013.

11. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Descrição	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2013
ICMS	41.626	45.140
PIS/COFINS	399	384
IRPJ e CSLL	23.463	53.968
Outros	2.580	2.523
	68.068	102.015
Circulante	49.473	91.680
Não Circulante	18.595	10.335

12. PARTES RELACIONADAS

a) Transações e Saldos

Empresas	Ativo		Passivo		Receita	
	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013	2014	2013
Celesc Geração S.A.						
Outros Créditos	1.052	1.213	-	-	-	-
Receita de Encargos de Uso do Sistema de Distribuição		-	-	-	1.964	1.900
Celos						
Entidade de Previdência Privada		-	15.106	14.263	-	-
Governo do Estado de SC						
Contas a Receber	7.488	5.806	-	-	-	-
Receita Operacional		-	-	-	52.165	41.848
Tributos a Recuperar — ICMS	41.626	45.140	-	-	-	-
Tributos e Contribuições Sociais - ICMS		-	101.653	82.559	-	-
Dedução da Receita — ICMS		-	-	-	1.410.881	1.145.465
	50.166	52.159	116.759	96.822	1.465.010	1.189.213

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Honorários	-	1
Encargos Sociais	-	6
Outros Gastos	-	3
	-	10

13. INTANGÍVEL

	Ativo de Concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2012	363.953
Adições	31.586
Baixas	(5.079)
Amortização	(157.268)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	233.192
Adições	18.621
Baixas	(2.153)
Amortização	(165.387)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	84.273
Custo Total	976.820
Amortização Acumulada	(892.547)
Taxa Média Anual de Amortização	8,0%

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

14. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Diferenças Temporárias						
Provisão para Contingências	124.058	121.251	-	-	124.058	121.251
Provisão para Perdas em Ativos	49.059	48.056	-	-	49.059	48.056
Benefícios Pós Emprego	239.968	190.595	-	-	239.968	190.595
Prejuízo Fiscal	28.934	24.284	-	-	28.934	24.284
Outras Provisões	-	-	545	766	(545)	(766)
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	-	74.839	-	-	-	74.839
Efeitos do ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	70.880	67.511	(70.880)	(67.511)
Efeitos do CPC 38 – Instrumentos Financeiros	-	-	87.334	74.231	(87.334)	(74.231)
Parcela A – CVA	9.593	-	162.785	-	(153.192)	-
	451.612	459.025	321.544	142.508	130.068	316.517

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Ação para Demonstrar a Sustentabilidade Econômico-Financeira da Celesc D apresentado para a ANEEL em novembro de 2013.

A Administração da Celesc D considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2014 são:

2015	79.835
2016	37.178
2017	37.178
2018	45.439
acima de 2018	251.982
	451.612

c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	662.195	215.324
Alíquota Nominal Combinada do Imposto de Renda e da Contribuição Social	34%	34%
IRPJ e CSLL	(225.146)	73.210
Adições e Exclusões Permanentes		
Juros sobre capital próprio	-	(40.179)
Benefício Fiscal	(335)	4.618
Incentivo Fiscal	(43)	618
Multas Indedutíveis	(3.642)	8.172
Depreciação/Baixas VNR	(28.630)	83.093
Participação dos Administradores	-	20
Ultrapassagem de Demanda	(14.680)	34.523
PDV	-	(35.515)
Ajuste Atuarial	-	(45.343)
CVA	-	(19.387)
Outras Adições/Exclusões	(6.101)	2.236
IRPJ e CSLL no Resultado do Período	(278.577)	66.066
Corrente	-	(21.142)
Diferido	(278.577)	(44.924)
	(278.577)	(66.066)
Alíquota Efetiva	42%	31%

15. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Tarifa Social de Baixa Renda (a)	9.917	3.724
Rendas a Receber (b)	18.287	33.299
Programa Reluz (c)	12	12
Pessoal a Disposição (d)	6.060	2.020
Serviços Prestados a Terceiros	431	190
Adiantamentos a Empregados	835	980
Despesas Pagas Antecipadamente (e)	10.658	13.966
Substituição Tributária (f)	23.180	17.745
Outros Créditos a Receber	7.625	7.940
Total	77.005	79.876
Circulante	75.002	76.916
Não Circulante	2.003	2.960

a) Tarifa Social de Baixa Renda

O Governo Federal, pela Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou às concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica a ampliação da Tarifa Social de Baixa Renda com base nos novos critérios e enquadramento das unidades consumidoras.

A partir de maio de 2002, a Celesc D promoveu o faturamento do fornecimento de energia elétrica, segundo as disposições estabelecidas nas Resoluções ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002 e nº 485, de 29 de agosto de 2002.

O Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, estabeleceu, ainda, que o atendimento de consumidores integrantes da subclasse Residencial Baixa Renda será custeado por subvenção econômica conforme Lei Federal nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

A ANEEL, pelo Ofício Circular nº 155, de 24 de janeiro de 2003, divulgou os procedimentos para apuração e registro do ativo decorrente do reconhecimento da aplicação da nova tarifa social no que diz respeito à redução dos valores faturados.

b) Rendas a Receber

São créditos da Celesc D referentes a receitas auferidas pela concessionária, provenientes do aluguel de postes.

c) Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz

O Programa Reluz tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de Iluminação Pública nos municípios, pela substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica.

d) Pessoal a Disposição

São créditos da Celesc D referentes à Pessoal a Disposição da Celesc Holding, Celesc Geração S.A. e outros órgãos federais, estaduais e municipais.

e) Despesas Pagas Antecipadamente

São despesas de períodos futuros referentes a Vale Alimentação, Vale Transporte e Proinfra.

f) Substituição Tributária

Os valores apresentados referem-se ao ICMS incidente sobre as sucessivas operações internas e interestaduais relativas à circulação de energia elétrica que se destine ao consumo de destinatário que a tenha adquirido em ambiente de contratação livre de acordo com o Convênio ICMS 77/2011 de 5 de agosto de 2011.

16. FORNECEDORES

Descrição	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Energia Elétrica	561.962	327.809
Encargos de Uso da Rede Elétrica	40.466	28.485
Materiais e Serviços	76.338	76.410
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	8.771	122.575
Total Passivo Circulante	687.537	555.279

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

Descrição	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Empréstimos Bancários (a)	385.882	163.397
Eletrobrás (b)	135.861	177.591
Finame (c)	34.722	37.651
	556.465	378.639
Circulante	322.586	199.686
Não Circulante	233.879	178.953

a) Empréstimos Bancários

Em 17 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$89 milhões a taxa de 7,55% a.a. Este contrato tem como garantia os recebíveis e estão sendo anuídos pela ANEEL.

Em 11 de março de 2014, nova autorização do Conselho de Administração para captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D nos valores de R\$ 90 Milhões junto ao Banco do Brasil à taxa de 116% do CDI e R\$300 Milhões junto a Caixa Econômica Federal à taxa de 121,5% do CDI.

b) Eletrobras

Os valores contratados destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização com períodos de 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., oferecem os recebíveis como garantia e estão anuídos pela ANEEL.

c) Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição de equipamento constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros anuais que variam de 2,5% a.a. a 8,7% a.a.. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos 2011 e 2012. Entretanto, houve aplicações em 2013 e ainda podem ocorrer até 2017.

O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões, e os empréstimos são amortizados em 96 meses, cujo início ocorreu em agosto de 2011. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

17.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	31 de dezembro 2014	31 de dezembro 2013
Ano 2015	-	61.302
Ano 2016	153.215	38.119
Ano 2017	30.924	30.763
Ano 2018	20.883	20.721
Ano 2019	14.617	14.455
Ano 2020+	14.240	13.593
	233.879	178.953

17.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
Em 31 de Dezembro de 2012	81.064	257.046
Ingressos	212.975	120.491
Encargos Provisionados	33.718	-
Transferências	198.584	(198.584)
Amortizações de Principal	(294.959)	-
Pagamentos de Encargos	(31.696)	-
Em 31 de Dezembro de 2013	199.686	178.953
Ingressos	88.230	391.302
Encargos Provisionados	47.745	-
Transferências	336.376	(336.376)
Amortizações de Principal	(301.756)	-
Pagamentos de Encargos	(47.695)	-
Em 31 de Dezembro de 2014	322.586	233.879

18. DEBÊNTURES

A emissão de 30 mil Debêntures não conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$10, para fins e efeitos legais, foi realizada em 15 de maio de 2013. Tendo um prazo de 72 meses contados da data de emissão, portanto, seu vencimento será no dia 15 de maio de 2019. A amortização será em 3 parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida a partir do 48º mês contado da data de emissão, ou seja, em 15 de maio de 2017 e a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Os recursos desta emissão destinam-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30%. Ao final de cada exercício, a partir de 2014, a Celesc D tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2.

Descrição	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
Em 31 de Dezembro de 2012	-	-
Ingressos	-	300.000
Atualização Monetária	19.680	-
Transferências	(228)	228
Pagamentos de Encargos	(14.684)	-
Custos na emissão de Debêntures	(137)	(1.826)
Em 31 de Dezembro de 2013	4.631	298.402
Atualização Monetária	34.446	-
Transferências	(366)	366
Pagamentos de Encargos	(34.957)	-
Custos na emissão de Debêntures	366	-
Em 31 de Dezembro de 2014	4.120	298.768

19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

a) Composição

Descrição	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
ICMS	101.653	82.559
PIS/COFINS	23.479	23.728
IRPJ e CSLL	1.468	28.856
INSS Parcelamento	-	2.487
Outros	5.387	4.987
	131.987	142.617

20. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Programa Eficiência Energética – PEE	152.759	147.766
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	65.565	60.432
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	65.164	67.381
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	8.854	4.838
Taxa de Fiscalização ANEEL	624	441
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial – EAEEE	423	423
	293.389	281.281
Circulante	110.852	172.565
Não Circulante	182.537	108.716

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Celesc D apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados as contingências:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Contingências Tributárias	1.628	1.628	(28.129)	(28.259)
Contingências Trabalhistas	42.514	51.334	(62.628)	(73.385)
Contingências Cíveis	44.036	42.168	(155.891)	(348.529)
Contingências Regulatórias	39.778	39.778	(39.451)	(44.797)
	127.956	134.908	(286.099)	(494.970)

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais
Saldos em 31 de dezembro de 2012	418.112	130.734
Adições	102.256	36.059
Baixas	(25.398)	(31.885)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	494.970	134.908
Adições	50.015	28.528
Baixas	(258.886)	(35.480)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	286.099	127.956

A Celesc D é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS), estadual e municipal (relativo ao ISS).

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

A principal ação refere-se as provisões trabalhistas movidas pelo Ministério Público contra a Celesc D no que se refere às terceirizações. O processo encontra-se em fase de instrução e apresenta valor de R\$30 mil. Os assessores jurídicos internos da Celesc D entendem que a mesma é provável de perda.

c) Contingências Cíveis

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado "Efeito Cascata", não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos.

Ainda em junho de 2014 a Celesc D, após a publicação da sentença do processo cível Natureza Ambiental no 5001151-41.2013.404.7200, de autoria do Ministério Público Federal, provisionou o valor de R\$20.177, em complemento ao valor de R\$1.314.

Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Celesc D é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica (danos materiais, danos morais e lucros cessantes), desapropriação, corte (danos morais e danos materiais), acidente (danos morais, materiais e pensão), inscrição indevida no SERASA/SPC (danos morais), entre outras.

Para o período de agosto 2002 a julho de 2003, a ANEEL homologou para a Celesc D Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE de acordo com a Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002. A cobrança dos percentuais (2,9% para os consumidores residenciais e 7,9% para as demais classes de consumidores), originou no ano de 2003 o ajuizamento por parte Ministério Público Federal e Estadual objetivando a ilegalidade do reajuste concedido. Tendo em vista que em primeira e segunda instância a Celesc D não obteve êxito, em 2006 a Companhia provisionou o valor de R\$220.115.

Em face desta decisão a Celesc D e a ANEEL recorreram ao Superior Tribunal de Justiça – STJ e ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 2013, o STJ julgou o referido processo declarando a legalidade da cobrança, neste contexto não havendo interesse recursal da Celesc D e da ANEEL, o prazo recursal esgotou-se em 4 de dezembro de 2014, ocorrendo o trânsito em julgado do processo em 9 de dezembro de 2014.

Diante do exposto em dezembro de 2014, a Companhia efetuou a reversão da provisão de contingência no valor de R\$221.634.

d) Contingências Regulatórias

O Grupo foi autuado pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Celesc D recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

e) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

A Celesc D tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Perdas Possíveis, não Provisionadas		
Descrição	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Contingências:		
Tributárias (i)	2.253	1.157
Trabalhistas (ii)	4.987	681
Cíveis (iii)	54.374	24.079
Regulatórias (iv)	14.877	15.171
	76.491	41.088

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, garantia contratual e verbas rescisórias e outras.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

Estão relacionadas as autuações pelo descumprimento de obrigações regulatórias, não adequação do sistema de medição para faturamentos relativos a pontos de medição de fronteira de consumidores livres, procedimentos de não conformidades com a legislação e com os regulamentos da ANEEL.

22. PASSIVO ATUARIAL

	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Obrigações Registradas		
Planos Previdenciários (a)	703.923	598.387
Plano Misto / Transitório	703.923	598.387
Outros Benefícios a Empregados	499.196	461.102
Plano Celos Saúde (b)	316.689	196.867
Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (c)	-	10.803
Programa de Demissão Voluntária - PDV (d)	151.060	223.750
Outros Benefícios (e)	31.447	29.682
	1.203.119	1.059.489
Circulante	170.828	172.275
Não Circulante	1.032.291	887.214

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes representados basicamente pelos seus empregados.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI

Por meio da Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, a Celesc D aprovou o PDVI, o qual foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa foi implementado a partir de janeiro 2003 e teve a adesão de 1.089 empregados. Até 31 de dezembro de 2014 a Celesc D havia quitado o débito com todos os beneficiários.

d) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 31 de dezembro de 2014 a Celesc D havia quitado o débito com 228 beneficiários.

e) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

22.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Evolução do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Peculio	Outros Benefícios
Valor das obrigações no início do ano	1.672.550	898.700	144.271	34.882	288.814	6.584	33.044
– Saldo 31 dezembro de 2012							
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	(357)	(4.066)	(19.070)	-	-	-	-
Juros sobre obrigação atuarial	142.834	75.951	10.262	2.156	20.978	571	2.793
Benefícios pagos no ano	(91.582)	(68.689)	(53.035)	(20.558)	(86.972)	(196)	(910)
Contribuições de participante vertida no ano	5.491	4.791	26.805	-	-	-	-
Obrigações - (G)/P	(305.093)	(212.586)	123.234	(5.677)	930	1.412	(5.886)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	1.423.843	694.101	232.467	10.803	223.750	8.371	29.041
– Saldo 31 dezembro de 2013							
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	4.037	-	(24.759)	-	-	-	-
Juros sobre obrigação atuarial	154.168	73.846	23.089	601	20.290	925	3.196
Benefícios pagos no ano	(107.378)	(72.234)	(53.763)	(10.929)	(85.288)	(346)	(4.098)
Contribuições de participante vertida no ano	-	-	29.229	-	-	-	-
Obrigações – G / P	86.313	11.519	148.526	(475)	(7.691)	399	1.927
Valor das obrigações calculadas no final do ano	1.560.983	707.232	354.789	-	151.061	9.349	30.066
– Saldo 31 dezembro de 2014							

b) Evolução do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Peculio	Outros Benefícios
Valor Justo dos ativos no início do ano - Saldo 31 dezembro de 2012-	1.185.284	377.531	19.978	-	-	8.662	-
Benefícios pagos no ano	(91.582)	(68.689)	(53.035)	(20.558)	(86.972)	(197)	(910)
Contribuições de participantes vertidas no ano	5.491	4.791	26.805	-	-	-	-
Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	32.481	30.328	31.937	20.558	86.972	197	910
Juros sobre Ativo	101.900	32.094	1.499	-	-	752	(75)
Ganho / Perda sobre os ativos	(47.814)	(42.258)	8.416	-	-	(1.684)	75
Valor Justo dos ativos no início do ano - Saldo 31 dezembro de 2013	1.185.760	333.797	35.600	-	-	7.730	-
Benefícios pagos no ano	(107.378)	(72.234)	(53.763)	-	-	(346)	-
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	-	29.229	-	-	-	-
Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	31.119	32.495	38.268	-	-	-	-
Juros sobre Ativo	129.622	35.484	4.281	-	-	864	-
Ganho / Perda sobre os ativos	23.445	(27.819)	(15.513)	-	-	(277)	-
Valor Justo dos ativos no início do ano - Saldo 31 dezembro de 2014	1.262.568	301.723	38.102	-	-	7.971	-

c) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Valor presente da Obrigações Atuariais com cobertura	1.423.843	694.101	232.467	10.803	223.750	8.371	29.041
Benefícios Concedidos	1.146.538	694.089	212.398	10.803	223.750	1.362	27.383
Benefícios a Conceder	277.305	12	20.069	-	-	7.009	1.658
Valor Justo dos Ativos	(1.185.760)	(333.797)	(35.600)	-	-	(7.730)	-
Passivo / (Ativo) Actuarial	238.083	360.304	196.867	10.803	223.750	641	29.041
Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2013	238.083	360.304	196.867	10.803	223.750	641	29.041
Valor presente da Obrigações Atuariais com cobertura	1.560.983	707.232	354.789	-	151.061	9.349	30.066
Benefícios Concedidos	1.299.074	707.232	336.989	-	151.061	1.452	28.009
Benefícios a Conceder	261.909	-	17.800	-	-	7.897	2.057
Valor Justo dos Ativos	(1.262.568)	(301.723)	(38.102)	-	-	(7.971)	-
Passivo / (Ativo) Actuarial	298.415	405.509	316.687	-	151.061	1.378	30.066
Passivo / (Ativo) Actuarial Líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2014	298.415	405.509	316.687	-	151.061	1.378	30.066

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Despesa reconhecida em 2014	Despesa reconhecida em 2013
Plano Transitório	33.571	39.791
Plano Misto	23.091	40.577
Plano Pecúlio	61	(180)
PDVI 2002	601	2.156
PDVI 2012	20.290	20.978
Plano Médico	(5.950)	(10.307)
Outros	3.197	2.868
	74.861	95.883

e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	2014	2013
Taxa de Desconto	10,93%	11,18%
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	10,93%	11,18%
Taxa de Crescimento Salarial	5,55%	5,55%
Taxa de Inflação Futura	4,50%	4,50%
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos	10,77%	7,67%
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,60%	0,60%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Indexador de Reajuste de Salários	IPCA	IPCA
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	98,00%	97,50%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	98,00%	97,50%

f) Hipóteses Biométricas

Descrição	2014	2013
Mortalidade Geral	AT-1983	AT-1983
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949	AT-1949
Entrada em Invalidez	Light Média	Ligth Média
	agravada em 25%	agravada em 25%

g) Despesa Estimada para o Exercício de 2015

A estimativa da despesa para o exercício de 2015 está demonstrada a seguir:

Planos	Despesa a ser reconhecida em 2015
Plano Transitorio	42.580
Plano Misto	35.463
Plano Pecúlio	132
PDVI 2012	12.939
Plano Médico	11.609
Outros	3.067
	105.790

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social Subscrito e Integralizado da Celesc D é de R\$1.053.590 em 31 de dezembro de 2014 e 2013 representado por 630 milhões ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo que a totalidade das ações pertence a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$(93.460) em 31 de dezembro de 2014 e R\$85.378 em 31 de dezembro de 2013, no Patrimônio Líquido:

	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Ajuste Passivo Atuarial - Celesc D (CPC 33)	(93.460)	85.378
	(93.460)	85.378

c) Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Celesc D, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral é calculada nos termos da Lei Federal nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

Descrição	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	383.618	149.258
Constituição de Reservas Legal (5%)	(19.181)	(7.463)
Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	364.437	141.795
Juros s/ Capital Próprio - JCP a ser Aprovado pela AGE	-	40.179
IRRF	-	(6.027)
JCP a Pagar	-	34.152
Dividendos a ser Aprovados em AGO	109.331	2.360
Mínimo Obrigatório (25%)	91.109	35.449
Parcela Excedente ao Mínimo Obrigatório	18.222	1.063

24. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2014, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramo	Ativo Coberto	Data da Vigência	Limite Máximo de Indenização em R\$ Mil	Prêmio
Riscos Nomeados	Prédio Sede	01.01.2014 à 31.12.2014	52.360	8 R\$ Mil
Transporte Nacional	Transporte de Mercadorias	01.01.2014 à 31.12.2014	3.500	0,05% sobre valor dos embarques
Contrato de contra garantia - Seguro Garantia Judicial e Administrativo	Garantia de valores a serem depositados em processos judiciais/administrativos	08/11/2011 a 31/12/2012 Prorrogado até 31/12/2015	400.000	0,40% sobre importância segurada, calculada para cada apólice
Riscos Nomeados	Subestações	14/05/2014 a 14/05/2015	20.000	1.650 R\$ Mil

25. RECEITA OPERACIONAL

Descrição	2014	2013
Receita Operacional Bruta – ROB	8.358.110	6.618.833
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	6.143.059	5.063.731
Suprimento de Energia Elétrica (a)	165.932	119.082
Ativo e Passivos Financeiros	452.896	-
Disponibilização da Rede Elétrica	243.792	206.032
Energia de Curto Prazo	553.018	549.707
Arrendamentos e Aluguéis	24.913	50.751
Doações e Subvenções (i)	415.917	309.863
Receita de Construção	346.924	303.456
Outras Receitas Operacionais	11.659	16.211
Deduções da Receita Operacional Bruta – ROB	(2.260.993)	(1.838.630)
ICMS	(1.410.881)	(1.145.465)
PIS	(124.713)	(102.774)
COFINS	(574.437)	(473.385)
Reserva Global de Reversão – RGR	-	(3.498)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(98.215)	(58.059)
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	-	(12.609)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(26.373)	(21.747)
Programa de Eficiência Energética – PEE	(26.373)	(20.977)
Outros Encargos	(1)	(116)
Receita Operacional Líquida – ROL	6.097.117	4.780.203

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela MP nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O montante da receita contabilizada como Subvenção e Repasse da CDE nos meses de janeiro a setembro de 2014 foi de R\$399.638. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$16.279.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MW (i)		Receita Bruta	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Residencial	2.080.657	2.006.227	5.323.112	4.865.018	2.124.060	1.696.057
Industrial	100.336	96.798	4.585.985	4.490.935	1.788.641	1.551.249
Comercial	241.017	231.214	3.621.825	3.316.687	1.494.556	1.219.619
Rural	233.041	230.866	1.328.437	1.205.260	324.843	257.235
Poder Público	21.334	20.795	432.813	390.058	171.721	142.610
Iluminação Pública	579	542	570.894	543.439	135.081	108.793
Serviço Público	2.779	2.609	320.754	306.743	104.157	88.168
Total do Fornecimento	2.679.743	2.589.051	16.183.820	15.118.140	6.143.059	5.063.731
Suprimento de Energia	44	48	1.323.036	1.328.932	165.932	119.082
Total Geral	2.679.787	2.589.099	17.506.856	16.447.072	6.308.991	5.182.813

(i) Informações não auditadas

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS CONSOLIDADAS

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Custos e Despesas:		31 de dezembro de 2014				
Descrição	Com Energia Elétrica	De Operação	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Pessoal (b)	-	285.171	41.982	88.867	16.463	432.483
Administradores	-	-	-	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-	74.861	-	74.861
Entidade de Previdência Privada	-	16.032	2.119	6.129	-	24.280
Material	-	15.220	3	5.546	-	20.769
Serviços de Terceiros	-	65.087	80.567	63.947	397	209.998
Energia Elétrica Comp. Revenda	3.860.200	-	-	-	-	3.860.200
Encargo de Uso da Rede Elétrica	335.635	-	-	-	-	335.635
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	-	6.203	6.203
Depreciação e Amortização	-	133.656	-	31.731	-	165.387
Progr. Incent. Fontes Altern. – Proinfa	123.305	-	-	-	-	123.305
Provisões	-	-	13.678	-	50.015	63.693
Reversão de Provisões	-	-	(8.386)	-	(258.886)	(267.272)
Despesa de Construção	-	346.924	-	-	-	346.924
Recuperação de Despesas	-	(4.248)	(3.565)	(15.309)	(31)	(23.153)
Outras Despesas Operacionais	-	13.811	27.133	27.499	12.538	80.981
	4.319.140	871.653	153.531	283.271	(173.301)	5.454.294

Descrição	31 de dezembro de 2013					Total
	Com Energia Elétrica	De Operação	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras Despesas	
Pessoal (b)	-	277.082	35.793	84.641	12.609	410.125
Administradores	-	-	-	10	-	10
Passivo Atuarial	-	-	-	95.883	-	95.883
Entidade de Previdência Privada	-	15.997	1.945	4.794	-	22.736
Material	-	12.249	3	5.457	-	17.709
Serviços de Terceiros	-	64.136	69.589	66.541	582	200.848
Energia Elétrica Comp. Revenda	3.384.543	-	-	-	-	3.384.543
Encargo de Uso da Rede Elétrica	285.777	-	-	-	-	285.777
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	-	8.711	8.711
Depreciação e Amortização	-	125.391	-	31.878	-	157.269
Progr. Incent. Fontes Altern. – Proinfa	113.256	-	-	-	-	113.256
Provisões	-	-	93.278	-	102.256	195.534
Reversão de Provisões	-	-	(76.759)	-	(25.399)	(102.158)
Despesa de Construção	-	303.456	-	-	-	303.456
Recuperação de Despesas	(569.507)	(4.582)	(1.157)	(12.636)	(1.397)	(589.279)
Outras Despesas Operacionais	-	13.043	90.933	27.409	12.349	143.734
	3.214.069	806.772	213.625	303.977	109.711	4.648.154

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	2014	GWh (i)	2013	GWh (i)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	503.985	4.125	497.068	4.403
Tractebel Energia Comercializadora	411.629	2.733	390.060	2.728
Centrais Elétricas de Pernambuco.	319.302	277	136.017	277
Petrobras S.A. - Ute Governador Leon	238.547	1.453	218.033	1.317
Furnas Centrais Elétricas S.A.	216.500	1.591	184.757	1.585
Companhia Energética de Petrolina	164.338	200	111.955	200
Arembepe Energia S.A.	163.602	180	105.331	241
Cemig Geração e Transmissão S.A.	159.203	961	152.809	984
Energética Camacari Muricy S.A.	145.585	180	115.249	241
Cesp - Companhia En. de São Paulo	121.613	913	116.508	920
Energética Suape II S.A.	121.107	203	78.503	203
Copel Geração e Transmissão S.A.	120.422	911	115.264	916
Companhia Energética Potiguar S.A.	120.101	134	67.761	134
Eletrobras Termonuclear S.A.	107.282	721	83.863	724
Porto do Pecem Geração de Energia	82.247	472	65.126	472
Santo Antonio Energia SA	78.040	724	29.375	301
Usina Xavantes S.A - Aruanã	73.481	37	21.675	37
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia	50.498	242	35.002	242
Lages Bioenergética Ltda	43.293	193	41.643	193
Enguia Gen Ba Ltda - Jaguarari	40.679	136	40.300	136
Foz do Chapecó Energia S.A	33.937	199	32.298	199
Cgtee - Cia de Ger. Term. de E.E.	33.096	381	31.251	380
Companhia Energética Estreito	32.335	197	30.649	197
Brentech Energia S.A.	29.258	50	17.473	50
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	19.495	37	9.799	37
Candeias Energia S.A.	18.777	33	15.344	33
Geradora de Energia do Norte S.A.	18.617	37	10.043	37
Serra do Facão Energia S.A.	15.848	93	15.089	93
Centrais Elétricas Norte do Brasil	13.547	108	8.467	78
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda	13.420	33	15.093	33
Linhares Geração S.A.	12.856	33	10.654	33
Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	12.170	67	8.989	67
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	12.095	104	11.479	104
Borborema Energética S.A.	11.276	18	8.991	18
Termelétrica Viana S.A.	11.209	18	9.643	18
Maracanau Geradora de Energia S.A.	9.065	18	7.721	18

Descrição	2014	GWh (i)	2013	GWh (i)
Rio PCH I S.A.	8.930	52	8.429	52
Empresa Energética Porto das Pedras	8.504	50	8.088	50
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	8.083	50	8.270	50
Energest S.A.	8.080	55	7.732	56
SJC Bionergia Ltda	7.317	37	2.720	37
Santa Fé Energia S.A.	6.504	38	6.178	38
Conta no Ambiente de Contratação Regulada	(376.704)	-	-	-
Outros	86.013	966	88.265	944
	3.335.182	19.060	2.978.964	18.876
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	1.107.937	1.070	405.579	(23)
Conta no Ambiente de Contratação Regulada	(582.919)	-	-	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	525.018	1.070	405.579	(23)
Encargo de Uso da Rede Elétrica	335.635	-	285.777	-
Proinfa	123.305	414	113.256	407
Recuperação de Despesas	-	-	(569.507)	-
	1.508.976	414	640.684	407
	4.319.140	20.544	3.214.069	19.260

(i) Informações não auditadas

(i) Lei Federal nº 12.783/13, Decretos nº 7.945/13, nº 8.203/14 e nº 8.221/14 – Aporte CDE/CCEE

A Lei Federal nº 12.783/13, o Decreto nº 7.945/13 alterado pelo Decreto nº 8.203/14 e posterior Decreto nº 8.221/14, promoveram algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, e também instituíram (i) o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição de custos relacionados a risco hidrológico, exposição involuntária, ESS – Segurança Energética e CVA ESS e Energia para o período de 2013 e janeiro de 2014, e (ii) o repasse através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE às concessionárias de distribuição de custos relacionados à exposição involuntária e despacho das usinas termelétricas a partir de fevereiro de 2014.

O montante total reconhecido como consequência destas regulamentações foi de R\$1.026 no exercício de 2014.

Os efeitos destes itens foram registrados como redução de custo com energia elétrica na rubrica Energia de Curto Prazo em contrapartida a outros créditos na rubrica Outros Créditos a Receber – Conta ACR e Subsídio Decreto 7.891/2013, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais.

b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	2014	2013
Remunerações	212.164	213.225
Previdência Privada	24.280	22.736
Encargos Sociais	94.339	91.460
Participação nos Lucros e Resultados	14.640	12.009
Benefícios Assistênciais	32.088	26.696
Provisões e Indenizações	79.252	66.735
	456.763	432.861

27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2014	2013
Receitas Financeiras	208.346	193.466
Renda de Aplicações Financeiras	37.246	29.104
Variações Monetárias	4.374	5.820
Incentivo Financeiro Fundo Social	16.050	19.650
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	54.059	50.478
Deságios Fornecedores	204	178
Desvalorização Cambial Energia Elétrica	5.149	7.604
Receita FIDC	-	4
Receitas Financeiras – VNR	89.253	70.338
Outras Receitas Financeiras	2.011	10.290
Despesas Financeiras	(188.974)	(110.191)
Encargos de Dívidas	(47.745)	(30.610)
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Comprada	(16.564)	(17.098)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(22.028)	(17.474)
Variações Monetárias	(3.666)	(4.155)
Variações Monetárias - Debêntures	(34.446)	(19.681)
Despesas Financeiras – VNR	(50.716)	(6.276)
Juros sobre Capital Próprio	-	40.179
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	(40.179)
Outras Despesas Financeiras	(13.809)	(14.897)
	19.372	83.275

28. LEI FEDERAL NO 12.973 DE 13 DE MAIO DE 2014

Em 11 de novembro de 2013, o Governo Federal emitiu a MP nº 627, que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e outras providências, e Instrução Normativa – IN nº 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1422 de 19 de dezembro de 2013.

Em 13 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição – RTT a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014.

A Administração, concluiu a análise dos potenciais efeitos que poderiam advir da aplicação dessa Lei e concluiu que a sua adoção antecipada não teria impactos relevantes em suas Demonstrações Financeiras, decidindo pela adoção antecipada, da referida Lei, dentro dos prazos previstos para a opção, na Celesc.

A Administração, no entanto, não efetuou a adoção antecipada para a Celesc D.

29. EVENTO SUBSEQUENTE

29.1. Bandeiras Tarifárias

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

O Decreto nº 8401/2015 estabelece que as bandeiras tarifárias deverão considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

A ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 28 de 05 de fevereiro de 2015, regulamenta que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição deverão ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sendo repassados pela CCEE aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e as receitas obtidas conforme cobertura tarifária vigente.

As bandeiras tarifárias passam a ser acionadas conforme o seguinte critério:

I – Bandeira tarifária verde: será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for inferior ao valor de R\$200,00 MWh;

II – Bandeira tarifária amarela: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$200,00 MWh e inferior ao valor-teto do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, atualmente de R\$388,48 MWh; e

III – Bandeira tarifária vermelha: será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor-teto do PLD, de R\$388,48 MWh.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais

limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

A Celesc D aplicou para seus consumidores nos meses de janeiro a março de 2015 a bandeira tarifária vermelha.

29.2. Revisão Tarifária Extraordinária – RTE

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL autorizou os índices de reajuste da tarifa referentes à RTE, para 58 concessionárias em todo o País. Os novos valores tarifários começaram a vigorar a partir de 2 de março e variam conforme a realidade de cada distribuidora.

A RTE está prevista no Contrato de Concessão de Distribuição e na Lei Geral das Concessões e é o mecanismo utilizado para promover o equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias diante de custos extras, quando não previstos nos processos ordinários de reajuste e, portanto, sem previsão de cobertura tarifária.

Para os clientes da Celesc D, o Índice de Reposicionamento Tarifário a ser aplicado tem efeito médio de 24,8%, variando de 21,31% para os consumidores residenciais atendidos em baixa tensão a 29,90% para o Grupo A1 (indústria), atendido em tensão maior ou igual a 230 kV.

Na Celesc D o índice de reajuste para cada nível de tensão, considerando a bandeira verde, é:

Nível de Tensão	Efeito Médio	Nº de consumidores
A1 (230kV ou mais)	29,90%	1
A2 (88kV a 138kV)	29,06%	44
A3 (69kV)	28,68%	25
A3a (30kV a 44kV)	28,68%	8
A4 (2,3 kV a 25kV)	24,64%	10.429
BT (menor que 2,3kV)	21,31%	2.779.792

Os valores da RTE da Celesc D tem o objetivo de cobrir o aumento do custo da compra de energia da Usina Itaipu, que sofreu variação de 46,14% no último mês de janeiro; a elevação em 1.292% dos encargos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, devido ao fim dos subsídios do Governo Federal aos programas sociais de universalização da energia elétrica e fomento à geração de energia alternativa; e também dos custos com a aquisição de energia em leilões de ajuste, necessários para atender o acréscimo da demanda.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Celesc Distribuição S.A.
Florianópolis – SC

Examinamos as Demonstrações Financeiras da Celesc Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celesc Distribuição S.A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade Normal das Operações da Sociedade

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades por 16 anos, até 7 de julho de 2015. A Companhia protocolou pedido de prorrogação do prazo da concessão, e posteriormente em 15 de outubro de 2012 ratificou o pedido. Em janeiro de 2014, por meio do ofício circular nº 1/2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) informou à Companhia que está analisando o pedido de prorrogação, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação. Esta situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações da Companhia, pois a prorrogação do contrato de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado – DVA

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das Informações Contábeis do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 27 de março de 2014, o qual não conteve nenhuma modificação.

Joinville, 27 de março de 2015

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP-011.609/O-8 F-SC

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR-050.422/O-3

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Celesc Distribuição S.A. declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras (individual e consolidada) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Consoante com o posicionamento dos auditores da Deloitte Touche Tohmatsu aprova os referidos documentos e propõe a aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 24 de março de 2015.

Pedro Bittencourt Neto
(Presidente)

Cleverson Siewert

Antonio Marcos Gavazzoni

Andriei José Beber

Carlos Roberto Innig

Derly Massaud de Anunciação

Jair Maurino da Fonseca

Jorge Luiz Pacheco

Milton de Queiroz Garcia

Rafael Zanon Guerra de Araújo

Roosevelt Rui dos Santos

Wilfredo João Vicente Gomes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Celesc Distribuição S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o relatório dos auditores Deloitte Touche Tohmatsu, datado de 27 de março de 2015, opina por unanimidade que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 27 de março de 2015.

Paulo da Paixão Borges de Andrade

Aloísio Macário Ferreira de Souza

Antonio Ceron

Luiz Hilton Temp

Telma Suzana Mezia

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Celesc Distribuição S.A. declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Celesc Distribuição S.A. declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

DIRETORIA EXECUTIVA

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

André Luiz Bazzo

Diretor de Gestão Corporativa

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

Rubens José Della Volpe

Diretor de Planejamento e Controle Interno

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

CONTADOR

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8